

Plano de Desenvolvimento Institucional

PDI do **IFBA**

2009 - 2013



Campus de Barreiras



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
BAHIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
CAMPUS DE BARREIRAS



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PDI

2009-2013

Barreiras – BA
Dezembro, 2009
Versão: Dezembro, 2012



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva (2009-2010)

Dilma Vana Roussef (2011 - atual)

Ministro da Educação

Fernando Haddad (2009-2011)

Aloízio Mercadante Oliva (2012 - atual)

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Eliezer Moreira Pacheco (2009-2011)

Marco Antonio de Oliveira (2012 - atual)

Secretário da Educação Superior

Maria Paula Dallari Bucci (2009 – 2010)

Luiz Cláudio Costa (2011 – 2012)

Amaro Henrique Pessoa Lins (2012 – atual)

CONSELHO SUPERIOR (CONSUP)

2009 - 2011

2009 - 2014

2012 - 2014

Presidente

Aurina Oliveira Santana

Representantes do Ministério da Educação

Caetana Juracy Rezende Silva

Titular

Tatiane Ewerton Alves

José Donizete Borges

Suplente

Ailton Ribeiro de Oliveira

Representantes da Sociedade Civil

Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB)

Eloísa Santos Pinto - Titular

Elizabeth Bittencourt- Suplente

Federação do Comércio

Natália Sudislawski - Titular

Katia Lucena – Suplente

Federação das Indústrias

Gustavo Leal Sales Filho

Titular

Leone Peter Correia da Silva Andrade

Solange Maria Novis Ribeiro

Suplente

Solange Maria Novis Ribeiro

Sindicato Nacional dos Servidores Federais de Educ. Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE)

Joilson Cruz da Silva

Titular

Pedro Jorge Assis dos Santos

Pedro Jorge Assis dos Santos

Suplente

Reinaldo da Cruz Martins

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Caiuby Alves da Costa

Titular

Marcelo Embiruçu de Souza

Ricardo Miranda

Suplente

Cristina Maria Quintella

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Augusto César Rios Leiro-Titular

Evangivaldo de Almeida Lima- Suplente

Representantes Docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica

Handerson Jorge Dourado Leite

Titular

Georges Souto Rocha

Rosicler Teresinha Sauer

Jaime dos Santos Filho

Manoel Nunes Cavalcanti Junior

Ademir de Jesus Costa

Jorge Costa Leite Junior

Rogério Ferreira Silva

Sonia Maria de Sousa Brito

Suplente

Rita de Cássia Araújo Cerqueira

Maria Conceição dos Santos

Jefferson Rodrigues Costa

José Jorge Mendes de Freitas

Maria Emilia dos Santos Gonçalves

Flávio Leal

Jefferson Caponero

2009 - 2011

2009 - 2014

2012 - 2014

Representante Docente do Magistério Superior

Marcus Vinicius Teixeira Navarro	Titular	Luiz Gustavo da Cruz Duarte
Carlos Alex de Cantuária Cypriano	Suplente	Elane Andrade Correia Lima

Representantes dos Técnico-administrativos

Paulo Roberto Nilo Dantas	Titular	Fábio Lemos Mota
Acimarney Correia Silva Freitas		Paulo Roberto Nilo Dantas
Wallace Neves de Miranda		Solange Alves Perdigão
Márcio Cardoso Munduruca		Alender R. Brandão Correia (Jul/2012)
Ana Edna Sacramento dos Santos		Isabel Cristina de Oliveira Souza
		Girlene Écio Damasceno Dias
Paulo André Queiroz Ferreira	Suplente	Fernanda Santos Bastos Ribeiro
Fábio Fernandes Santana		Acimarney Correia Silva Freitas
Elienai Barroso de Lacerda		Maria Néli Cardoso da Costa
Fernanda Santos Bastos		Leandro Jesus Fernandes
Joanildo Borges de Jesus		

Representantes Discentes da EBT

Jorge Luiz Ferreira Moreira	Titular	Iago Jefferson Silva
Franciela Rosa de Jesus		Ana Paula Alves Rodrigues (Jul/2012)
Matheus Romão Barcellos		Kmilly dos Anjos Campos (Jul/2012)
Júlio César Santos da Silva		Matheus de A. Almeida
		Sandy Silva Araujo
Michel Jefferson Batista da Silva	Suplente	Jorge Luiz Ferreira Moreira
Jorge Lincoln Regis dos Santos		Cleidson Santos Souza
Bruno Santos Carvalho		Ed Carlos Sousa da Silva
Miguel de Jesus Andrade Junior		

Representantes Discentes do Ensino Superior

Cristina Alves Pinto	Titular	Bárbara Lorena Queiroz Santos
Paulo Jesus Costa Esteves	Suplente	Felipe Francisco Mota Ramos

Representantes dos Diretores-Gerais dos Campi

Paulo Marinho de Oliveira	Titular	Paulo Marinho de Oliveira
Dicíola Figueiredo de A. Baqueiro		Dicíola Figueiredo de A. Baqueiro
Ricardo Torres Ribeiro		Ricardo Torres Ribeiro
Albertino F. Nascimento Júnior		Albertino F. Nascimento Júnior
Elieser Parcerio Oliveira		Ricardo Almeida Cunha
Ricardo Almeida Cunha	Suplente	Epaminondas Silva Macedo
Irênio de Jesus Silva Junior		Josélia F. de Holanda Cavalcanti
Egberto Hein da Silva		Egberto Hein da Silva
Affonso José de Sousa A. Filho		Affonso José de Sousa A. Filho
Arleno José de Jesus		Arleno José de Jesus

IFBA - REITORIA

Reitora

Aurina Oliveira Santana

Chefe de Gabinete

Norma Souza de Oliveira (2009-2010)

Vera Lúcia Ferreira Mendes dos Santos (2011-atual)

Pró-Reitor de Ensino e Assistência Estudantil (PROEN)

Albertino Ferreira Nascimento Júnior (2009-2010)

Lybia Rocha dos Santos (2010-2012)

Lívia Santos Simões (2012-atual)

Pró-Reitor de Extensão e Relações Comunitárias (PROEX)

Carlos D'Alexandria Bruni

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e Infraestrutura (PRODIN)

Anilson Roberto Cerqueira Gomes

Pró-Reitor de Administração e Planejamento (PROAP)

Renato Anunciação Filho

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (PRPGI)

Núbia Moura Ribeiro (2009-2010)

Rita Maria Weste Nano (2010-atual)

Coordenador/a da Unidade de Auditoria Interna (UAI)

Juliano Marques de Aguiar (2009-2010)

Marlene Pereira Vilas Boas (2010 - atual)

Diretor de Gestão de Pessoas (DGP)

Edmilson dos Santos Pinto

Diretora de Gestão da Tecnologia da Informação (DGTI)

Edna da Silva Matos

Chefe do Departamento de Comunicação Social

Lilian de Jesus Caldas (2009-2011)

Janaína Wanderlei da Silva (2011-2012)

Laís Andrade Souza (2012-atual)

IFBA - DIRETORIA GERAL DOS CAMPUS

Diretor Geral do *Campus* de Barreiras

Helder Ribeiro da Silva (2009 - 2010)

Dicíola Figueirêdo de Andrade Baqueiro (2010 - atual)

Diretor Geral *Pró Tempore* do *Campus* de Camaçari

Affonso José de Sousa Alves Filho

Diretor Geral do *Campus* de Eunápolis

Ricardo Torres Ribeiro

Diretor Geral do *Campus* de Porto Seguro

Georges Souto Rocha (2009-2010)

Ricardo Almeida Cunha (2010-atual)

Diretor Geral do *Campus* de Salvador

João Alfredo de Almeida Barros (2009 - 2010)

Albertino Ferreira Nascimento Junior (2010-atual)

Diretor Geral do *Campus* de Santo Amaro

Marlene Santos Socorro (2009 - 2010)

Irênio Silva Junior (2010 - 2012)

Marcos Antonio Ramos Andrade (2012-atual)

Diretor Geral do *Campus* de Simões Filho

Elieser Parcero Oliveira (2009 - 2012)

Rui Carlos de Sousa Mota (2012-atual)

Diretor Geral do *Campus* de Valença

Humberto Teixeira Ramos (2009 - 2010)

Egberto Hein da Silva (2010-atual)

Diretor Geral do *Campus* de Vitória da Conquista

Paulo Marinho de Oliveira

Diretor Geral *Pró Tempore* do *Campus* de Paulo Afonso

Arleno José de Jesus

CAMPUS DE BARREIRAS

Diretoria Geral

Helder Ribeiro da Silva (2009 - 2010)

Dicíola Figueirêdo de Andrade Baqueiro (2010 - atual)

Diretoria de Administração

Andreson Dias Pignata Cruz (2009 – 2010)

Wallace Neves de Miranda (2010 – 2011)

Rafael Ramos Bezerra (2011 – atual)

Diretoria de Ensino

Elienai Barroso de Lacerda (2009 – 2010)

Maria Conceição Santos (2010 – atual)

ELABORAÇÃO DO PDI 2009-2013

Versão Básica – Julho/2008

Coordenação Geral de Planejamento (COPLAN)

Renato Anunciação Filho – **Coordenador**

Ana Claudia Sá Oliveira

José Guilherme Duplat Alves

Maria Auxiliadora Fernandes Caria

Paulo André Queiroz Ferreira

Sílvia Becher Breitenbach

Verônica Rosa Pereira Pestana

Ana Carine Matos Soares – Estagiária

Everson Macedo de Queiroz – Estagiário

Versão Completa – Dezembro/2009

Comissão Coordenadora Geral do PDI 2009-2013 (Portaria nº 923 de 03/08/09, prorrogada pela Portaria nº 1.279 de 03/11/09)

Docentes indicados pela Reitora

Eduardo Marinho Barbosa - Presidente

Mirtânia Antunes Leão

Técnico-administrativos indicados pela Reitora

Gonçalo Matos de Carvalho

Maria Aparecida Costa Ribeiro

Raimundo da Conceição de Jesus Fraga

Docente indicado pela Entidade Sindical (SINASEFE/BA)

Wanderley José Deina

Docente indicado pela Entidade Sindical (APUB)

Eloísa Santos Pinto

Técnico-administrativo indicado pela Entidade Sindical (SINASEFE/BA)

Pedro Jorge Assis dos Santos

Discente da Educação Profissional (Grêmio)

Anderson Araújo dos Santos

Discente da Educação Superior (DCE)

Carolina Navarro Carvalho

Pró-Reitor de Administração e Planejamento (PROAP)

Renato da Anunciação Filho

Chefe do Departamento de Planejamento (DEPLAN)

Sílvia Becher Breitenbach

Representante da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Paulo André Queiroz Ferreira

Comissão Coordenadora do PDI 2009-2013 - *Campus* de Barreiras

Helder Ribeiro da Silva – **Presidente**

Antônio Carlos Costa Damião

Jeová Oliveira Silva Júnior

Luiz Fernando Souza Almeida

Maria Perpétua Carvalho da Silva

Mônica Silva Oliveira

Railda de Freitas Santos

Versão Completa Atualizada — Dezembro/2012

Departamento de Desenvolvimento Institucional (DDI)

Rivailda Silveira Nunes de Argollo – **Coordenadora**

Maria Aparecida da Silva Modesto

Fernanda Santos Bastos Ribeiro

Fernanda Sanches dos Santos

Lucas Correia Farias - Estagiário

Rafael Santos Silva - Estagiário

Equipe de Atualização do PDI 2009-2013 do *Campus* de Barreiras

Dicíola Figueirêdo de Andrade Baqueiro - **Presidente**

Maria Conceição dos Santos

Maria Perpétua Carvalho dos Santos

Helena de Araújo Soares Silva

Jucinara de Castro Almeida Pinto

Antonia Gomes Rodrigues Freire

“O importante e bonito do mundo é isso: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando. Afinam e desafinam”.

João Guimarães Rosa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 PERFIL INSTITUCIONAL.....	15
1.1 Gênese do IFBA.....	15
1.2 Campus de Barreiras.....	16
1.3 Inserção Regional.....	18
1.4 A Cidade de Barreiras	24
2 Situação Atual do IFBA.....	30
2.1 Análise do ambiente externo	30
2.2 Análise do Ambiente Interno.....	34
3 Visão de Futuro	37
3.1 Diretrizes Gerais	37
3.2 Missão.....	38
3.3 Filosofia, Princípios e Valores	38
3.4 Finalidades e Objetivos Institucionais	39
3.4.1 Objetivos do Campus de Barreiras:	40
4 Políticas e Objetivos de Ensino.....	42
4.1 Educação Básica.....	43
4.2 Educação Profissional	44
4.3 Educação Superior	45
5 Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação	45
5.1 Pesquisa	45
5.2 Pós-Graduação.....	48
6 Políticas e Objetivos da Extensão	49
6.1 Políticas.....	49
6.2 Dimensões	50
6.3 Objetivos.....	51
7 GESTÃO INSTITUCIONAL	53
7.1 Políticas de Gestão	53
7.2 Estrutura Organizacional	55
7.3 Organização e Gestão de Pessoal.....	58
7.3.1 Plano de Qualificação Institucional (PQI)	58
8 INFRAESTRUTURA.....	60
8.1 Acervo Bibliográfico.....	60
9 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	60
9.1 Avaliação Institucional - Campus de Barreiras	61

9.2 Comissão Própria de Avaliação (CPA).....	61
9.3 Política de Avaliação Institucional	62
REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	66
ANEXOS.	68
Anexo A - Investimentos e Custeios	68
Anexo B - Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Audiovisuais	69

APRESENTAÇÃO

A história de construção da educação profissional no Brasil completou em 2009 seu centenário. Diante desta realidade, o Governo Federal atento à necessidade de implantar mudanças nessa área, criou a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais, aproveitando o potencial instalado nos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas Federais (ETF) e Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), com o objetivo de inovar e reestruturar a educação profissional, notadamente pelas ações e programas do Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, para desta forma, responder de forma mais ágil e eficaz às crescentes demandas através da formação de recursos humanos, difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e suporte aos arranjos produtivos locais.

Os Institutos Federais (IF) nasceram com a orientação das premissas de articulação e integração entre a ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica, as quais se constituem dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão (MEC, 2008).

Deste modo, sob a égide da Lei nº 11.892/2008, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) reforça a importância de um instrumento de gestão que expressa o Plano de Trabalho de uma gestão referendado pela Missão, Visão de Futuro e Análise de Ambientes Interno e Externo. Tem como objetivo a implantação de um processo metódico de acompanhamento e avaliação das ações institucionais para o cumprimento das metas projetadas.

Assim, neste cenário de mudanças na educação profissional, o presente Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), elaborado coletivamente para nortear as ações do período de 2009 a 2013, em consonância com a legislação em vigor e orientado pelas Diretrizes para Elaboração do Ministério da Educação, constitui-se como um instrumento de gestão flexível, pautado por objetivos e metas, que considera a identidade institucional no

tocante à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou pretende desenvolver. Os seus referenciais foram subsidiados pelos resultados da avaliação institucional e articulado ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

Enseja-se que este documento seja um instrumento balizador das ações institucionais mediante acompanhamento periódico por toda a comunidade que compõe o IFBA, *Campus* de Barreiras, para que desta forma se possa chegar o mais próximo possível da concretização dos objetivos e metas aqui projetados.

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Gênese do IFBA

A história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) começa quando, em 02 de junho de 1910, a Escola de Aprendizes Artífices da Bahia foi instalada, provisoriamente, no Edifício do Centro Operário da Bahia, à Rua 11 de junho, local próximo ao largo do Relógio de São Pedro (Av. Sete de Setembro), em Salvador. A Escola de Aprendizes Artífices da Bahia começou a funcionar oferecendo cursos nas oficinas de alfaiataria, encadernação, ferraria, sapataria e marcenaria.

Em 1926 a Escola foi transferida para um novo prédio, situado no Barbalho, local onde se encontra até hoje e, a partir de 1930, a Escola, já com nova estrutura predial, passou a contar com as oficinas de tipografia, pautação, encadernação e fototécnica, na Seção de Artes Gráficas; oficinas de marcenaria, carpintaria e vimaria, na Seção de Trabalhos de Madeira; oficinas de mecânica, fundição e serralheria, na Seção de Trabalhos de Metais; e com as oficinas de sapataria, artes decorativas e alfaiataria.

Em 1937 a Instituição passou a ser denominada Liceu Industrial de Salvador. Em 1942 passou a ser chamada de Escola Técnica de Salvador em função da aplicação da Lei nº 4.127/42 que estabelecia as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Nessa época, a Instituição implantou os seus primeiros cursos técnicos: Curso de Desenho de Arquitetura e Desenho de Máquinas e o Curso de Eletrotécnica.

Em 1959, a reforma do ensino industrial transformou as Escolas Técnicas em autarquias educacionais e, em 1965, com a Lei nº 4.759/65, a Instituição passou a ser denominada de Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA).

Como consequência da Reforma Universitária e do impulso desenvolvimentista da época, em 1976, através da Lei nº 6.344/76, foi criado o Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC).

Em 1993, por força da Lei nº 8.711/93, a ETFBA, juntamente com o CENTEC, se transformou em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA), adquirindo uma nova dimensão institucional, administrativa e acadêmica.

O Sistema Federal de Educação Tecnológica foi implantado como consequência e em atendimento ao desenvolvimento socioeconômico verificado tanto em escala mundial como nacional. Este sistema teve nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) seu maior destaque. Os CEFETs possibilitaram à educação tecnológica a realização e desenvolvimento dos saberes humanísticos, técnicos e científicos no sentido da formação profissional e da consolidação da cidadania, além da pesquisa e extensão que representa seu alicerce educacional.

Em 2008, por força da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET-BA transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, *multicampi* e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com Reitoria em Salvador e *Campi* em diversas cidades do estado da Bahia: Salvador, Barreiras, Valença, Eunápolis, Vitória da Conquista, Santo Amaro, Simões Filho, Porto Seguro, Camaçari, Jequié, Feira de Santana, Irecê, Jacobina, Paulo Afonso, Seabra e Ilhéus.

1.2 *Campus* de Barreiras

O *Campus* de Barreiras do IFBA teve início com inauguração da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) do CEFET-BA, exibida na Figura 1, inaugurada em 15 de outubro de 1993, com efetivo exercício em 09 de setembro de 1994, quando ocorreu a posse dos primeiros servidores aprovados em concurso público realizado especificamente para o provimento das vagas das carreiras docente e técnica-administrativa do quadro efetivo. O *Campus* de Barreiras iniciou sua caminhada unindo estrutura física e humana para em outubro do mesmo ano receber as primeiras turmas de alunos aprovados em Exame de

Seleção para os Cursos Técnicos em Edificações e Eletromecânica, primeiros cursos oferecidos à comunidade.

Figura 1 - *Campus* de Barreiras



Fonte: Arquivo do *Campus*.

No período de 1994–1997, além dos cursos regulares citados, o *Campus* de Barreiras ofereceu, também, um curso preparatório para o processo seletivo da própria instituição chamado de Pro-Técnico. Em 1998/1999, foram criados os cursos de Turismo e o Ensino Médio, na forma da nova legislação de educação, tendo sido disponibilizados para a comunidade, além dos cursos supracitados, o curso técnico em Enfermagem (a partir do ano 2000) e o curso técnico em Alimentos e Bebidas, com sua primeira turma iniciada no segundo semestre de 2003.

O *Campus* de Barreiras, no período de 1997 a 1999, ofereceu o curso de pós-graduação *lato sensu* com especialização em Metodologia de Ensino para um grupo de 40 alunos, em

convênio com a Prefeitura Municipal de Barreiras e a Fundação CEFET BAHIA aberto a toda comunidade, tendo atraído alunos de Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Ibotirama e Guanambi.

Atualmente, o *Campus* oferece os cursos Técnicos de Nível Médio na categoria Integrado em Edificações, Alimentos e Informática; Cursos Técnicos na categoria Subsequente em Eletrotécnica e Enfermagem; Curso Técnico em Eletromecânica na modalidade PROEJA e Licenciatura em Matemática.

1.3 Inserção Regional

Oeste da Bahia – Histórico

O processo de ocupação do Oeste da Bahia teve início no século XVI, com ilustres personagens da História da Bahia: Tomé de Souza, Garcia D'Ávila e Guedes de Brito que constituíram a pecuária utilizando os vales úmidos posto que esta atividade não impediria a dinâmica econômica do tão valorizado açúcar na época. Esse trabalho foi continuado pelos seus descendentes sendo que nos séculos seguintes ocorreu a formação do primeiro município "a Barra do Rio Grande, povoação elevada a vila em 1695, era, nos princípios do século XIX, um centro de cultura e principal entreposto comercial entre os Estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás e Piauí" (SANTOS, 2000, p. 33) que estabeleceu a Região do Sertão do São Francisco.

Oeste da Bahia, como é chamado atualmente, só recebeu essa qualificação a partir de meados do século XX, quando esta região principiou a apresentação da agricultura mecanizada e significativas transformações nas suas estruturas produtiva, econômica, social e urbana.

A década de 1980 foi marcada pela modernização conservadora da agricultura brasileira quando a viabilização da moderna agricultura no país repercutiu na região oeste da Bahia. Entre as várias consequências, tem-se um intenso fluxo de migrantes, principalmente da região Sul do país, ocupando as áreas de cerrado, estendendo-se até a parte oeste baiana


aproveitando as vantagens naturais da região para o estabelecimento de lavouras para fins comerciais e processamento industrial, servindo como base para a implantação e consolidação de diversas agroindústrias que se estabeleceram ao longo do tempo.

Neste cenário, o governo estadual percebeu a potencialidade dessa região distante do centro dinâmico-produtivo do estado e passou a estabelecer intervenções nesse espaço. Uma das primeiras ações foi a criação do Programa de Ocupação Econômica do Oeste, até então conhecido/denominado como *Além São Francisco*. Acoplado às intervenções do governo estadual, os investimentos de capital privado também foram intensos por parte de empresas e agricultores particulares que trouxeram para a região um processo de produção agrícola mecanizada, como também um grande fluxo populacional de diversos segmentos que buscaram ocupação em atividades diretamente ligadas a este processo produtivo; associado ao estabelecimento de diversas empresas agroindustriais de grande porte, promotoras de intensas modificações nas relações produtivas, com repercussões tanto nas áreas rurais como urbanas. Esses fatores, principalmente, repercutiram a partir da década de 1980 até meados dos anos 90, associado a um crescimento econômico singular dentro do estado, bem como a dinamização da mobilidade territorial da população¹.

A linha do tempo, conforme Figura 2, resume os acontecimentos mais importantes do processo de ocupação da região Oeste da Bahia:

¹ Histórico construído com base em: SOUZA, Edilson Correia da Silva e; SANTOS, Ozeias de Almeida; ARAÚJO, Alessandra Oliveira; ARAÚJO, Wodis Kleber Oliveira. Oeste da Bahia: Novos Arranjos Espaciais. XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, 2010

Figura 2 - Linha do Tempo – Oeste da Bahia

- 
- Séc. XVI: Tomé de Souza tomou posse do que hoje é o Oeste da Bahia.
 - Séc. XVII (1695): Barra do Rio Grande, povoado elevado a vila.
 - Séc. XVII a XIX: Entreposto comercial entre BA, MG, GO e PI, desarticulado da economia do Recôncavo.
 - Séc. XIV a XX: Estagnação prolongada.
 - Séc. XX (1955): Comissão de Planejamento Econômico – aproveitamento das potencialidades, inclusive do Oeste.
 - 1960: Reordenação da produção agrária no país, intensidade no Oeste.
 - Fim da década de 1970: Inserção no processo de expansão da fronteira agrícola.
 - 1980: Viabilização da moderna agricultura repercutiu na região oeste da Bahia.
 - 1990: Investimentos públicos e privados, estabelecimento de agroindústrias.
 - 2000: Diversificação produtiva, transformação dos produtores.

Fonte: Elaboração do *Campus* com base em Souza, Santos, Araújo e Araújo (2010).

Potencial da Região

Duas áreas de características fundiárias distintas compõem a região Oeste da Bahia. São elas o “vale” e o “cerrado”. A região do vale margeia o Rio Grande e tem topografia variada, com depressões e saliências. Lá predomina a agricultura de subsistência. As atividades mais tradicionais são mandioca, milho, arroz, feijão e pecuária. Já no cerrado, área plana e, portanto, favorável à mecanização, desenvolveu-se o principal pólo agrícola da Bahia. O perfil produtivo do cerrado é de agricultura empresarial e intensiva. Destaca-se entre os agronegócios soja, algodão, milho e café².

² Fonte: AIBA. Disponível em: < <http://www.aiba.org.br/index.php?id=regiaoeste>>.

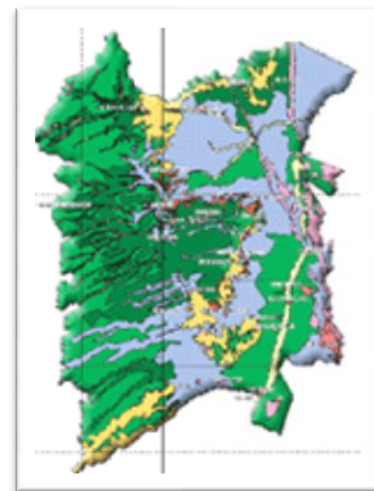
A região de cerrado, conforme se nota nas Figuras 3 e 4, limita-se a Oeste com os estados de Goiás e Tocantins, e compreende os municípios de Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Luís Eduardo Magalhães, Barreiras, São Desidério, Correntina, Jaborandi, Cocos e Baianópolis. Os índices pluviométricos também contribuem para a definição dos limites territoriais indicados às grandes culturas.

Figura 3 - Áreas de cerrado brasileiro



Fonte: Aiba (2010).

Figura 4 - Delimitações do cerrado na Bahia



Fonte: Aiba (2010).

Com estação de chuvas bem definida, esse trecho de grandes extensões propiciou o desenvolvimento de variadas atividades agropecuárias, hoje consolidadas. Atualmente, abrem-se novas frentes de possibilidades para a introdução de culturas diferentes. Índices pluviométricos de até 1.800 mm e demais condições de clima e solos favoráveis contribuem para o sucesso do agronegócio na região.

Principais Culturas

As condições de clima, solo e luminosidade do Oeste da Bahia favoreceram o desenvolvimento de um mix diversificado de culturas, que têm como âncoras a soja, o algodão, o milho e o café irrigado. Mas, ainda há outras culturas como feijão, sorgo, capim,

arroz, frutas e pecuária, que vêm ganhando espaço, graças à grande aptidão local, as quais se encontram ilustradas na Figura 5. A cultura da cana-de-açúcar é uma grande promessa na região, onde será mecanizada e irrigada.

Um pólo bioenergético de 300 mil hectares deverá ser implantado na região. Para avaliar técnica e economicamente esta possibilidade, a Aiba, em parceria com a Fundação BA e o Ministério da Integração Nacional, através da Companhia de Desenvolvimento do São Francisco, Codefasf, estão firmando um convênio no valor de R\$950 mil. Dentre as variedades, além da cana de açúcar, estão espécies como a mamona e o pinhão manso, dentre outras.

Figura 5 - Principais culturas – Região Oeste da Bahia



Fonte: AIBA, 2010.

Hoje a Região Oeste ocupa uma área de 28,5% do território baiano e abriga 39 municípios. Além disso, é a maior fronteira agrícola da Bahia com uma área cultivada de 1,5 milhões de hectares com capacidade de expansão para mais de 3 milhões de hectares. É a maior produtora de grãos da Bahia e uma das maiores do Brasil. Conseqüentemente, o grande desempenho agrícola atraiu para a região grandes empresas multinacionais e nacionais, como é o caso da Bunge Alimentos S/A, Cargil Agrícola S/A e outras.

O Oeste da Bahia tem como centro regional o município de Barreiras, além de outras importantes cidades como São Desidério e Correntina e, mais recentemente, o antigo

distrito de Mimoso do Oeste, atual município de Luís Eduardo Magalhães. Esses se destacam na produtividade agrícola.

O município de Barreiras é o que possui maior número de habitantes: são mais de 131.000 habitantes, três vezes mais que o segundo, Santa Maria da Vitória, com 41.261 habitantes.

O Produto Interno Bruto (PIB) evidencia uma forte concentração de riquezas em três municípios da Região. São, respectivamente, os municípios de Barreiras (973,22 milhões), São Desidério (223,09 milhões) e Correntina (131,48 milhões) que juntos somam aproximadamente 68% da riqueza produzida na região (SEI/IBGE, 2000).

Barreiras polariza as agroindústrias da região, agrupa maior número de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, como é o caso daquelas voltadas para a produção, comercialização e distribuição de insumos e equipamentos agrícolas, bem como agências bancárias, lojas de confecções e eletroeletrônicos, segmentos ligados à saúde, hotelaria e alimentação. Conta com um canal de televisão, a TV Oeste, ligada a Rede Bahia que por sua vez transmite o sinal da Rede Globo, além de emissoras de rádio, terminais de telefonia fixa e celular.

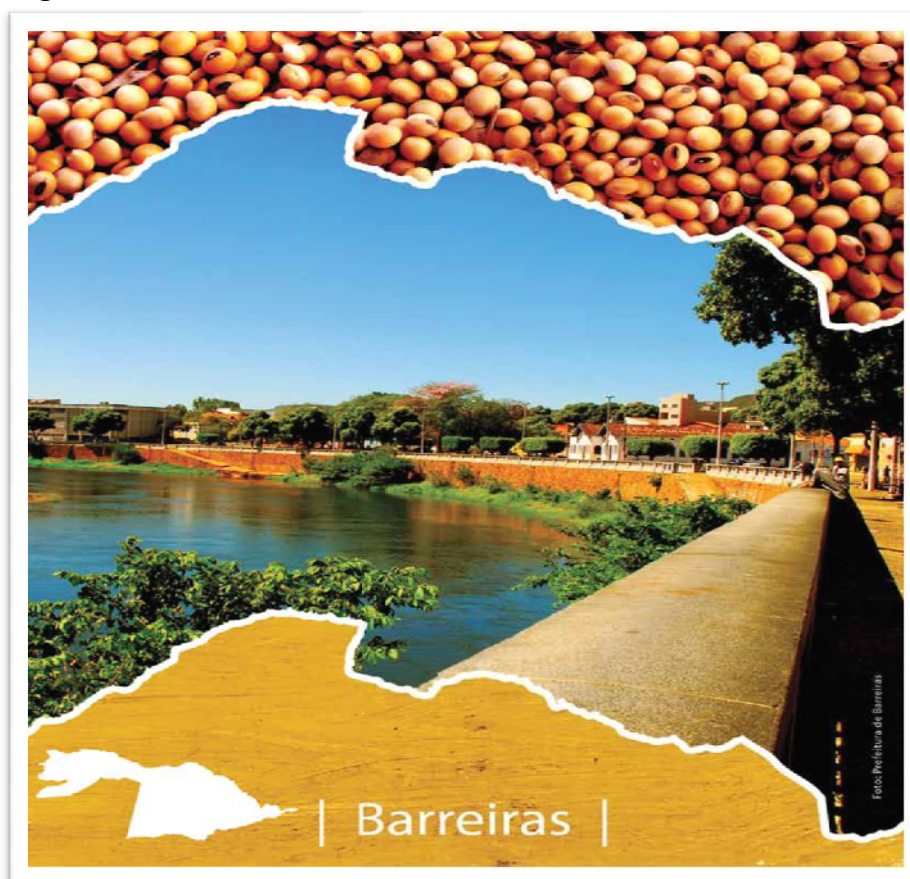
Ademais, em junho de 2006 o governo do estado inaugurou no município de Barreiras o Hospital do Oeste (administrado por Obras Sociais Irmã Dulce), que foi projetado para atender à demanda dos cerca de 900 mil habitantes da região oeste da Bahia e também Estados vizinhos como Piauí e Tocantins. O Hospital conta com unidade de urgência e emergência funcionando durante 24 horas, Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Clínicas Médica, Cirúrgica e Obstétrica, Emergência Obstétrica, Centro Obstétrico, UTI Neonatal, Unidade de Queimados e Lactário. Destinado exclusivamente para os usuários do SUS, o hospital dispõe de 202 leitos, sendo 24 de UTI.

O hospital também já conta com Programa de Residência Médica e mantém uma atuação de destaque na captação de pacientes no Programa de Internação Domiciliar (ID) – projeto que está completando um ano oferecendo ao público, por meio de visitas domiciliares, acompanhamento multidisciplinar através de uma equipe composta por médicos, técnicos de enfermagem, enfermeiros, nutricionista, fisioterapeutas e coordenadores.

1.4 A Cidade de Barreiras

A cidade de Barreiras desde tempos remotos desfruta de um destaque regional em virtude de sua localização geográfica e potencial econômico, Figura 6. No século passado alcançou um apogeu decorrente da borracha extraída da mangabeira, árvore nativa do cerrado brasileiro, e que era a principal fonte de renda da população de Barreiras e sua região de influência. A borracha era produzida em abundância na região e servia de matéria prima para as indústrias de todo o mundo. Esta transação alcançou preços elevados no mercado internacional, movimentando o porto de Barreiras e incrementando a economia local. Outro fator que reforçou o caráter próspero do Município naquele período foi a construção de uma termo elétrica, iniciada em 1917.

Figura 6 - Barreiras-BA



Fonte: SEI, 2003.

Por volta dos anos 30 instalou-se na cidade um grande frigorífico que chegou a absorver para abate a maior parte do rebanho de gado do norte de Goiás. Várias beneficiadoras de grãos também foram atraídas pelo progresso, bem como curtumes e fábricas de fios de algodão que aceleraram a economia do Município. Após a 2ª Guerra Mundial, houve um arrefecimento na economia local que somente na década de 80 volta a aquecer com o incentivo do crédito financeiro para o plantio de grandes lavouras no cerrado.

No início da década de 90 intensificou-se a atividade agroindustrial gerando reflexos em praticamente todos os setores das atividades econômicas e sociais. A cidade de Barreiras é atualmente o principal centro urbano, político, tecnológico e econômico da região Oeste da Bahia com uma população de mais de 130 mil habitantes distribuída numa área 7.895,24 km² (IBGE, resolução 05 de 10/10/2002). É um importante entroncamento rodoviário entre o norte, nordeste e centro-oeste do País, distante 853 km de Salvador, capital do estado, e 622 km de Brasília, capital federal. Dentre as rodovias que servem a região, a BR-242/020 é ainda a principal rodovia para escoamento e exportação da produção regional através dos portos de Ilhéus ou Aratu no sul da Bahia e na região metropolitana de Salvador, respectivamente. A construção da ferrovia Norte-Sul, para escoamento da produção, se constitui numa das fortes reivindicações dos agricultores da região e consta do projeto político do governo atual que acena com o término da obra para o ano de 2014.

Barreiras conquistou sua posição de Metrópole Regional, e se confirma como referência para toda a região oeste. A sua matriz produtiva está consolidada pela diversidade das lavouras, pela qualidade de seus produtos e pela produtividade alcançada, como demonstram os Quadros de 1 a 4 e a Figura 7.

Quadro 1 - Evolução da Soja – Oeste da Bahia

EVOLUÇÃO SOJA OESTE BAHIA							
Safr	Área (mil ha)	Produção (ton)				Variações (%)	
		Prod (mil ton)	Prod (sc/ha)	Óleo (mil ton)	Farelo (mil ton)	Área	Produção
1992/93	380,0	590,0	25,88	106,2	460,2	-	-
1993/94	436,0	873,0	33,37	157,1	680,9	14,7	48,0
1994/95	470,7	1.071,6	37,94	192,9	835,8	8,0	22,7
1995/96	433,2	700,0	26,93	126,0	546,0	(8,0)	(34,7)
1996/97	456,5	1.013,7	37,01	182,5	790,7	5,4	44,8
1997/98	554,0	1.188,9	35,77	214,0	927,3	21,4	17,3
1998/99	580,0	1.150,0	33,05	207,0	897,0	4,7	(3,3)
1999/00	628,4	1.512,0	40,10	272,2	1.179,4	8,3	31,5
2000/01	690,0	1.550,0	37,44	279,0	1.209,0	9,8	2,5
2001/02	800,0	1.464,0	30,50	263,5	1.141,9	15,9	(5,5)
2002/03	850,0	1.555,5	30,50	280,0	1.213,3	6,3	6,3
2003/04	820,0	2.361,6	48,00	425,1	1.842,0	(3,5)	51,8
2004/05	870,0	2.505,6	48,00	451,0	1.954,4	6,1	6,1
2005/06	870,0	1.983,6	38,00	357,0	1.547,2	-	(20,8)
2006/07	850,0	2.295,0	45,00	413,1	1.790,1	(2,3)	15,7
2007/08	935,0	2.838,6	50,60	510,9	2.214,1	10,0	23,7
2008/09	982,9	2.506,4	42,50	451,2	1.955,0	5,1	(11,7)
2009/10	1.050,0	3.213,0	51,00	578,3	2.506,1	6,8	28,2

Fonte: AIBA, 2010.

Quadro 2 - Evolução do Milho – Oeste da Bahia

EVOLUÇÃO MILHO OESTE BAHIA				
Safr	Área (mil ha)	Produção (mil ton)	Prod (sc/ha)	Variação Área (%)
1992/93	45,0	213,0	79	-
1993/94	46,0	236,0	86	2,22
1994/95	70,0	340,0	81	52,17
1995/96	65,0	300,0	77	(7,14)
1996/97	95,0	550,0	96	46,15
1997/98	70,0	410,0	98	(26,32)
1998/99	107,6	662,4	103	53,71
1999/00	128,0	700,0	91	18,96
2000/01	178,0	970,0	91	39,06
2001/02	93,0	576,6	103	(47,75)
2002/03	135,0	791,1	98	45,16
2003/04	180,0	1.144,8	106	33,33
2004/05	129,5	823,6	106	(28,06)
2005/06	126,0	506,5	67	(2,70)
2006/07	166,0	1.205,2	121	31,75
2007/08	185,0	1.309,8	118	11,45
2008/09	180,0	1.458,0	135	(2,70)
2009/10	170,0	1.479,0	145	(5,56)

Fonte: AIBA, 2010.

Quadro 3 - Evolução do Algodão – Oeste da Bahia

EVOLUÇÃO ALGODÃO OESTE BAHIA									
Safr	Área (mil ha)	Produção (capulho, pluma e caroço em mil ton)				Variações (%)			
		Capulho	Prod (@/ha)*	Pluma	Caroço	Área	Capulho	Pluma	Caroço
1995/96	2,4	5,4	150	2,1	2,9				
1996/97	5,0	12,8	171	5,0	6,9	108,3	137,0	137,0	137,0
1997/98	8,0	21,6	180	8,4	11,7	60,0	68,8	68,8	68,8
1998/99	13,0	35,1	180	13,7	19,0	62,5	62,5	62,5	62,5
1999/00	40,4	121,0	200	47,2	65,3	210,8	244,7	244,7	244,7
2000/01	45,2	170,0	251	66,3	91,8	11,9	40,5	40,5	40,5
2001/02	56,6	161,7	190	63,1	87,3	25,2	(4,9)	(4,9)	(4,9)
2002/03	66,8	241,9	241	94,3	130,6	18,0	49,6	49,6	49,6
2003/04	163,5	625,5	255	243,9	337,8	144,8	158,6	158,6	158,6
2004/05	209,6	807,3	257	314,8	435,9	28,2	29,1	29,1	29,1
2005/06	216,3	744,4	229	290,3	402,0	3,2	(7,8)	(7,8)	(7,8)
2006/07	276,8	1.099,1	265	428,6	593,5	28,0	47,6	47,6	47,6
2007/08	293,4	1.186,4	270	470,6	641,7	6,0	8,1	9,8	8,1
2008/09	261,7	863,5	220	341,9	466,3	(10,8)	(27,3)	(27,3)	(27,3)
2009/10	242,9	983,8	270	393,5	531,3	(7,2)	13,9	15,1	13,9

Fonte: Abapa
Elaboração: Aiba, maio de 2010
* Produtividade de algodão em capulho por hectare

Fonte: AIBA, 2010.

Matriz Agrícola do Oeste da Bahia – Safra 2008/09

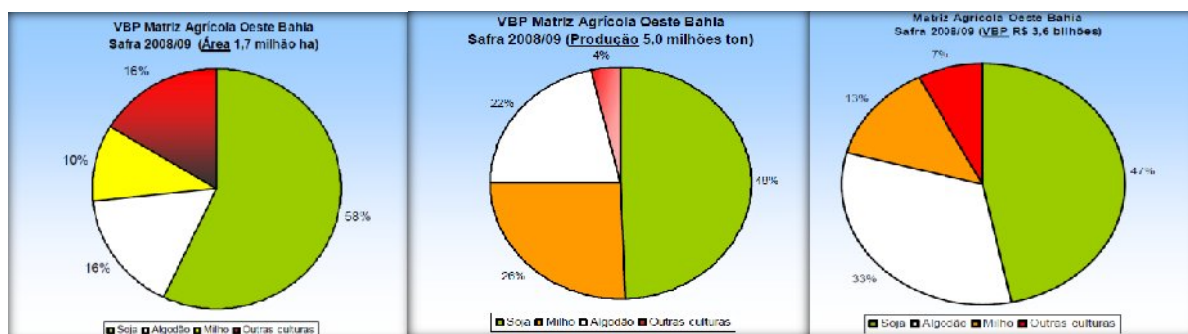
A seguir, apresenta-se no Quadro 4 os números de área cultivada das principais culturas que compõem a Matriz Agrícola do Oeste da Bahia, safra 2008/09.

Quadro 4 - Matriz Agrícola do Oeste da Bahia – Safra 2008/09

VBP Matriz Agrícola Oeste Bahia - Safra 2008/09				
Culturas	Área (ha)	Produção (ton)	Produtividade (un/ha)	VBP (Milhões R\$)
Soja (sc)	982.900	2.506.395	42,5	1.706,44
Algodão (@ / capulho)	277.849	1.093.284	235,0	1.191,30
Milho (sc)	180.000	1.296.000	120,0	492,70
Café em produção (sc)	11.721	31.365	44,6	129,15
Capim - Prod. Sementes (kg)	26.400	11.880	450,0	41,58
Sorgo (sc)	20.000	48.000	40,0	12,00
Arroz (sc)	24.000	46.080	32,0	26,88
Feijão (sc)	15.000	40.500	45,0	60,75
Outras culturas	184.050	-	-	-
	1.721.920	5.073.504	-	3.660,79

Fonte: Aiba, maio/2009

Figura 7 - Representação Gráfica - Matriz Agrícola do Oeste da Bahia



Fonte: AIBA, 2009.

Ademais, cresce vertiginosamente a fruticultura, forte ramo do agronegócio do oeste baiano com a produção de manga, mamão, uva, abacaxi, acerola, melancia, goiaba, entre outras. Assim, o centro de abastecimento de Barreiras tornou-se o maior entreposto comercial de gêneros alimentícios da região, atraindo diversas empresas prestadoras de serviços e estabelecimentos de revenda de máquinas, equipamentos e produtos agrícolas, além da presença de grandes grupos empresariais. A implantação do frigorífico com SIF para bovinos e pequenos animais com capacidade de abate de até 500 animais/dia convalida a sua vocação pecuária e agrega qualidade à matéria-prima. Esse desenvolvimento propiciou a criação de uma boa estrutura bancária contando com dez agências de bancos de capital misto. Destacando essa realidade, acrescenta-se o Distrito Industrial, situado na sede do município onde já existem 40 empresas em atividades. O município ainda oferece um amplo leque de oportunidades para investimentos em áreas como ecoturismo, lazer, construção civil, saúde e educação.

Para minimizar a distância, a cidade dispõe de aeroporto com voos diários para Salvador, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, estando prevista a sua ampliação no orçamento federal desde 2005, o que viabilizará o pouso de aeronaves cargueiras e comerciais com rotas internacionais.

As receitas decorrentes dos impostos, arrecadações e outros tipos de transações financeiras dinamizam e fortalecem as demais atividades locais aquecendo o comércio e favorecendo a

sua diversificação. Essa influência se reflete, também, na área da Construção Civil onde se concentram mais de 35 construtoras atraídas pelo campo promissor tanto no ramo de obras agrícolas, como os canais de irrigação, silos e armazéns, como no de obras de saneamento básico e edificações urbanas. Espelhando esse desenvolvimento a cidade oferece um bom número de locais para entretenimento e lazer, a saber: shopping center, estádio de futebol, ginásio de esporte, clubes, restaurantes, bares, etc. Sua rede hoteleira é diversificada com trinta e oito estabelecimentos, novecentos leitos que oferecem conforto e bons serviços.

O progresso do município também é visível em áreas estratégicas de comunicação e *marketing*. A cidade possui duas emissoras de televisão de rede nacional, cinco emissoras de rádio, uma sucursal de um jornal estadual e outras publicações locais.

No campo educacional desponta como pólo de Educação da Região Oeste, em razão da qualidade da sua rede de ensino público e particular com cerca de cento e noventa e quatro estabelecimentos, incluindo a oferta de educação profissional por meio do IFBA, *Campus* de Barreiras. Nos últimos dez anos cresceu acentuadamente a rede de ensino superior totalizando sete unidades de ensino público e privado, oferecendo formação, também, em nível *lato sensu*. Engrandece este cenário, a implantação do *Campus* da UFBA, oferecendo os Cursos de Engenharia Civil, Engenharia Sanitária e Ambiental, Física, Geologia, Química, Matemática, Ciências Biológicas, Administração, Geografia, História.

Posto que seja o município da região com a maior taxa de crescimento e concentração urbana, é natural que exista uma grande oferta de mão de obra. Nesse aspecto vale ressaltar a necessidade urgente de educar e qualificar tecnicamente essa mão de obra excedente visando a sua inserção no mercado de trabalho e a conseqüente transformação social, capaz de elevar os indicadores de qualidade de vida.

É sabido que a dimensão educacional vem sendo contemplada em todos os indicadores construídos para análise de pobreza e em conjunto de indicadores de acompanhamento e monitoramento do desenvolvimento humano da população em diversos países. A relação direta entre educação e rendimentos do trabalho mostra que o aumento do nível de escolaridade da população, medido em termos de anos de estudos, é fator preponderante

na redução da pobreza e das desigualdades sociais. Constatase que a população mais educada é capaz de participar mais ativamente da vida social, política e cultural do País.

Consoante com o aspecto retromencionado e o potencial econômico da região oeste, urge a necessidade de ampliar as opções de habilitação técnica, nível superior e pós-graduação na intenção de proporcionar uma ferramenta eficaz para alavancar as atividades das empresas locais favorecendo a empregabilidade e o desenvolvimento social.

É nessa direção que o IFBA/*Campus* de Barreiras, consolidado na região como uma Instituição renomada de qualificação técnica, científica e tecnológica que possibilita uma oportunidade real de inserção no mercado de trabalho, pretende continuar atuando.

2 SITUAÇÃO ATUAL DO IFBA

2.1 Análise do ambiente externo

A análise do ambiente externo compreende a identificação dos fatores ambientais que influenciam o desempenho da Instituição, integrados com os aspectos econômicos, político, legal, social, demográfico, educacional, cultural e tecnológico da comunidade na qual a instituição está inserida.

Cenários

Os Quadros de 5 a 8 esboçam os cenários mundial, brasileiro e do oeste baiano.

Quadro 5 – Cenário econômico mundial e brasileiro

Econômico	
Realidade mundial	Realidade brasileira
<ul style="list-style-type: none"> • Transposição da sociedade pós – industrial para a sociedade do conhecimento; • Substituição estrutural da mão de obra pela Automação; • Acelerada evolução da tecnologia com destaque a da Informação; • Globalização dos mercados econômicos e financeiros; • Deslocamento dos centros de produção industrial para os países em desenvolvimento; • Desemprego estrutural como fator de saúde das economias; • Crise financeira nos mercados financeiros mundial com falência de bancos e restrição de créditos; • Alinhamento dos países em continentes junto a interesses comuns e formação de blocos econômicos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura da economia a partir dos anos 1990; • Retomada do crescimento econômico; • Elevado índice de desemprego com expansão do trabalho informal e precarização das relações de trabalho; • Manutenção dos investimentos na geração de energia; • Dinamização e modernização do parque industrial brasileiro; • Descoberta de imensas reservas de petróleo que vem impulsionando o setor; • Grandes investimentos governamentais e privados em biocombustíveis; • Restrição de créditos, permanência dos juros altos e redução do crescimento; • Carência de investimentos na ampliação da infraestrutura de transporte.

Quadro 6 – Cenários político e legal mundial e brasileiro

Político e Legal	
Realidade mundial	Realidade brasileira
<ul style="list-style-type: none"> • Formação do Mercosul da Alca; • Fortalecimento e crescimento do terceiro setor; • Aumento da preocupação política e econômica com o meio ambiente; • Surgimento de agendas mundiais em conservação ao meio ambiente; • Presença de governos comprometidos com as questões sociais na América Latina. 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas insuficientes no atendimento às questões sociais, embora haja indicadores de melhorias; • Fortalecimento da indústria nacional e ênfase no comércio exterior; • Reestruturação da política de educação profissional e ampliação dos investimentos; • Reforma Universitária; • Lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento; • Ampliação dos investimentos em infraestrutura. • Bahia • Construção do Porto Sul; • Construção da Ferrovia oeste leste; • Implantação do parque tecnológico na RMS; • Investimentos estrangeiros em telecomunicação; • Investimento no turismo com ênfase na região do São Francisco (ecoturismo), Chapada Diamantina, litoral Norte (Costa dos coqueiros) e Sul da Bahia (Costa do Descobrimento); • Recuperação e construção das estradas do Estado.

Quadro 7 – Cenários educacional e tecnológico mundial e brasileiro

Educativo e Tecnológico	
Realidade mundial	Realidade brasileira
<ul style="list-style-type: none"> • Conscientização progressiva dos problemas sociais e ambientais; • Valorização do conhecimento como estratégia de desenvolvimento; • Utilização em massa dos meios de informação e avanço a nível mundial da Informática, como mecanismos de ampliação e difusão do conhecimento; • Ampliação da necessidade de formação dos trabalhadores; • Demandas para qualificação de professores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Demanda crescente para a educação de nível médio e superior e da educação profissional continuada; • Ampliação da oferta de vagas nas universidades privadas; • Ampliação do sistema de avaliação da educação; • Implantação dos sistemas de cotas e de bolsas públicas nas universidades privadas; • Ampliação do uso de sistemas de informação como suporte educacional; • Implantação da Universidade Aberta do Brasil (UAB); • Implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); • Expansão da Educação Profissional e Tecnológica; • Expansão da Educação Superior (REUNI); • Ênfase na formação de professores.

Quadro 8 – Cenário econômico do oeste baiano

Regiões Oeste da Bahia
Econômico
<ul style="list-style-type: none"> • Região produtora de grãos da Bahia. • Investimentos previstos para essa região estão alocados no segmento alimentar, 90% deles vinculados à cadeia de produção grãos-carne. • Barreiras principal centro econômico do Oeste. • Fortalecimento dos laços econômicos com a rede de comercialização dos produtos, insumos e máquinas, criando novas relações sociais nos fluxos migratórios macrorregionais e nacionais. • Barreiras reafirma-se como pólo regional, seguido por Correntina e Formosa do Rio Preto e como novos núcleos populacionais destacam-se Luís Eduardo Magalhães, Rosário, Roda Velha e Balsas.

Neste cenário, materializam-se a realidade e o futuro do IFBA, imerso na sociedade, sob a influência direta das políticas públicas e no turbilhão das mudanças estruturantes do mundo do conhecimento, dialeticamente, mudando e evoluindo a cada momento.

Da análise do ambiente externo, identificaram-se as oportunidades e as ameaças presentes e futuras que poderão afetar o *Campus* de Barreiras do IFBA.

As oportunidades e as ameaças que são fatores externos de criação ou destruição de valor, os quais a instituição não pode controlar, mas que emergem ou da dinâmica competitiva do mercado ou de fatores demográficos, econômicos, políticos, tecnológicos, sociais e legais.

Oportunidades

Apesar crise financeira mundial, as perspectivas para a Educação Profissional são bastante promissoras, decorrentes da política do Governo Federal de expansão da Educação Profissional e da ampliação do orçamento, sendo prevista, para o IFBA, a implantação de mais *Campi* em diversas regiões do Estado da Bahia, favorecendo a busca de outras fontes de orçamentos, tais como emendas, convênios etc.

Ainda, em nível de Governo Federal, pode-se destacar as Políticas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem aberto novas oportunidades de emprego para os alunos egressos do IFBA, assim como também os projetos voltados à indústria do petróleo que abrem perspectivas bastante promissoras de desenvolvimento econômico e geração de novos empregos.

No âmbito local, destacam-se particularidades que se configuram como oportunidade para o *Campus* de Barreiras:

- Estabelecimento de parcerias com a Prefeitura Municipal de Barreiras, Organizações não Governamentais e Empresas da região para o desenvolvimento de novos projetos voltados para a promoção do desenvolvimento social e econômico local;
- Inserção numa Região em desenvolvimento com forte atividade industrial, incluindo algumas indústrias de ponta;
- Necessidade de formação inicial e continuada na Região oeste da Bahia;
- Cidade Pólo;
- Alta demanda registrada nos índices de candidatos inscritos nos processos seletivos em todos os cursos;
- Prioridade de investimentos Federais em Educação Profissional;
- Carência de cursos de formação e de qualificação de professores de ensino básico e tecnológico na região;

- Carência de mão de obra qualificada na região;
- Excelente aceitação/inserção dos estudantes egressos no mercado de trabalho regional;
- Liberação de novos concursos públicos para servidores.

Ameaças

- Possibilidade da ampliação da crise financeira, provocando redução na oferta de postos de trabalho, adiando assim as políticas de expansão;
- No cenário político nacional, a sucessão da Presidência da República poderá ocasionar descontinuidade das atuais políticas de expansão do ensino profissional;
- Indefinição, por parte do Ministério da Educação, da oferta de vagas de novos servidores necessários ao processo de expansão do ensino profissional;
- Oferta do mesmo curso de Licenciatura por parte de três instituições de ensino público na cidade de Barreiras;
- Precariedade da infraestrutura da cidade de Barreiras.

2.2 Análise do Ambiente Interno

- Recursos Humanos – reduzido número de técnicos e docentes;
- Financeira – recursos orçamentários insuficientes;
- Pedagógica – números de servidores reduzidos e necessidade de qualificação em EPT;
- Patrimonial – necessidades de ampliação, manutenção, modernização e criação da estrutura física, dos laboratórios e de equipamentos;
- Gestão – necessidade de uma política de gestão por competência e comprometimento;
- Comunicação – melhorar os meios de difusão da informação intrainstitucional;
- Marketing – necessidade de criação de uma política mais eficiente de divulgação institucional.

Da análise do ambiente interno, identificam-se os pontos fortes e os pontos fracos da instituição, fazendo um paralelo com a análise do ambiente externo.

Os pontos fortes e pontos fracos são fatores internos da criação da destruição de valor como ativos, habilidades ou recursos que a instituição tem disponível. São potenciais que podem ser desenvolvidos e aproveitados pela instituição de forma que possa aumentar seu crescimento e melhorar sua qualidade.

Pontos Fortes

- Bom nível de qualidade técnica dos servidores;
- *Campus* consolidado como instituições de qualidade educacional.
- Ensino inovador e de qualidade;
- Ampliação das instalações físicas para melhor atender às demandas atuais e as vindouras.
- Incentivo à qualificação dos servidores;
- Credibilidade da Instituição
- Gestão Democrática
- Autonomia Administrativa – Descentralização e Transparência
- Qualidade do Ensino
- Oportunidades Profissionais para Alunos
- Alto índice de aprovação em vestibulares
- Ampliação do número de cursos, vagas e da capilaridade do IFBA em todo o Estado;
- Expansão da oferta de cursos de educação inicial e continuada para a comunidade;
- Amplas instalações físicas com espaços bem definidos de laboratórios, salas de aula, salas de apoio e administração;
- Recursos orçamentários previstos no projeto da expansão da educação profissional;
- Corpo docente e técnico em processo de qualificação profissional;
- Disponibilidade de área para futuros projetos de expansão;
- Boa estrutura de laboratórios;
- Ampliação das instalações físicas.

Pontos Fracos

- Distância dos grandes centros;
- Falta de profissionais na região em diversas áreas do conhecimento;
- Grande número de professores oriundos de outras cidades/Estados no quadro efetivo do *Campus*;
- Índice elevado de solicitações de remoção/redistribuição que ocasiona rotatividade de docentes;
- Ausência de políticas de acessibilidade para pessoas com deficiência;
- Número insuficiente de servidores;
- Comunicação interna e externa insatisfatória;
- Serviço Médico e Odontológico com número reduzido de profissionais e falta de equipamento/materiais de para atendimento odontológico;
- Baixo nível de conhecimento básico dos alunos;
- Falta de uma Política de Gestão de Pessoas;
- Falta de espaço físico para construção de um novo prédio para abrigar os setores e departamentos administrativos;
- Falta de mobiliário para atender os diversos setores do *Campus*;
- Estacionamento insuficiente para atender às demandas;
- Falta de setor de audiovisual para atender a demanda da Instituição (Equipamentos e Pessoas);
- Inexistência do Regimento institucional;
- Baixo nível de envolvimento dos servidores na definição das Políticas de Planejamento.
- Inexistência de um Plano de Marketing Institucional;
- Falta de Integração com demais *Campi*;
- Estrutura de Tecnologia da Informação insuficiente;
- Reduzido Número de Parcerias/Convênios com entidades Públicas e Privadas;
- Acervo Bibliográfico insatisfatório;
- Grande número de professores substitutos;
- Índice de reprovação elevado;
- Evasão em alguns cursos.

3 VISÃO DE FUTURO

Transformar o *Campus* de Barreiras numa Instituição de ampla referência e de qualidade de ensino no Oeste da Bahia, ampliando o número de vagas e cursos, modernizando as estruturas físicas e administrativas, bem como ampliando a sua atuação na pesquisa e inovação tecnológica.

Dentro da filosofia norteadora do IFBA, o *Campus* de Barreiras, na perspectiva de uma gestão moderna e democrática, busca manter uma posição de destaque no panorama da educação profissional na Região Oeste da Bahia, consolidando sua atuação como centro de excelência também na congregação dos recursos institucionais às necessidades regionais, na oferta de cursos de extensão articuladas com o mundo do trabalho tendo em vista o desenvolvimento humano e econômico da região onde está localizado, bem como o desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

O *Campus* de Barreiras possui uma ampla visão das demandas e das tendências de crescimento do setor industrial em diversas áreas, como alimentos, informática, construção civil, eletrotécnica, eletromecânica, eletroeletrônica, bem como licenciaturas e engenharias para atender as demandas locais e regionais.

Nesta caminhada para a consolidação do *Campus* em uma instituição de máxima qualidade, diversas ações estão sendo implementadas, das quais destacam-se: a ampliação das instalações físicas, modernização dos laboratórios, investimentos em aquisição de equipamentos modernos e na qualificação profissional, pesquisa e inovação tecnológica.

3.1 Diretrizes Gerais

Em consonância com a missão do IFBA, sua função social e as diretrizes da legislação atual bem como os programas de Governo, o PDI se estrutura a partir das seguintes Diretrizes:

1. Fortalecimento em nível estadual, nacional e internacional da identidade do IFBA;
2. Implantação do IFBA e sua estrutura multi-*Campi*;

3. Políticas de fortalecimento do ensino e da ampliação do número de vagas no *Campus* de Barreiras;
4. Definição de políticas institucionais visando o fortalecimento da imagem do *Campus* de Barreiras como Instituição de Ensino de Nível Médio e Superior;
5. Implantação de políticas de fortalecimento e ampliação da pesquisa e da pós-graduação;
6. Fortalecimento de políticas de extensão nos processos institucionais;
7. Implantação de políticas administrativas de fortalecimento e ampliação da democratização nos processos institucionais;
8. Melhoria constante da infraestrutura em todas as atividades institucionais e os investimentos contínuos para promover a acessibilidade às pessoas com deficiência;
9. Promover políticas institucionais visando a inclusão social (étnica, gênero, pessoas com deficiência etc.);
10. Investimentos em formação, capacitação, qualificação e adequação profissional de todos os servidores;
11. Criação de novos Cursos da Educação Profissional e Superior em conformidade com a verticalização do Ensino do Ministério da Educação, a exemplo dos cursos de Engenharia de Alimentos e Engenharia Elétrica, entre outros.

3.2 Missão

“Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o

3.3 Filosofia, Princípios e Valores

A filosofia norteadora de objetivos, metas e ações do IFBA constitui-se como um espaço público de formação histórico-crítica integrada à formação técnico-científica.

É compreendida ainda como “o compromisso do IFBA com a formação de cidadãos e cidadãs críticos comprometidos com as transformações estruturais necessárias à sociedade brasileira” (PPI, 2007). O Instituto tem como princípios norteadores:

- A manutenção permanente da educação pública gratuita, laica e de qualidade;
- A defesa da autonomia institucional;
- Gestão democrática;
- Permanente sincronia com as necessidades da sociedade a serviço do desenvolvimento humano;
- Severa observância de valores éticos, morais e humanistas;
- Respeito à pluralidade social de gênero, etnia, ideias, opções sem qualquer restrição;
- Compromisso com o bem público, sua administração e sua função na sociedade;
- Compromisso com o ser humano e com os processos de sua valorização.

3.4 Finalidades e Objetivos Institucionais

O IFBA constituiu-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008. A própria Lei dispõe sobre as finalidades do Instituto, quais sejam:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

3.4.1 Objetivos do *Campus* de Barreiras:

- Ofertar cursos técnicos de nível médio voltados à demanda do mercado de trabalho da região oeste da Bahia em conformidade com os arranjos produtivos locais na modalidade integrada para o público concluinte do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Oferecer cursos de licenciaturas visando a formação de docentes para atuar na educação profissional;
- Oferecer cursos de Engenharia nas áreas: Elétrica, Informática, Civil e Alimentos para atender às demandas mercadológicas da região;
- Ofertar Curso de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) para o corpo docente e administrativo do *Campus*;
- Expandir a oferta de vagas;
- Empreender a pesquisa aplicada em áreas correlativas com as linhas de atuação deste *Campus* objetivando o desenvolvimento econômico e social da Região Oeste da Bahia;
- Incentivar a realização de eventos científicos, tecnológicos e culturais;
- Implementar e consolidar políticas de educação inclusiva;
- Contextualizar o ensino ofertado à realidade econômica, social e cultural da região onde está localizado este *Campus*;
- Aprimorar os mecanismos de gestão educacional e das condições didático-pedagógicas;
- Ampliar as relações entre a Instituição e as diferentes representações da sociedade civil;

- Apoiar e valorizar os órgãos de representação estudantil e os eventos desportivos e culturais;
- Estreitar parcerias com instituições educacionais públicas com vistas ao fortalecimento da Educação do Oeste da Bahia;
- Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas da região oeste da Bahia com vistas ao efetivo intercâmbio de conhecimento e tecnologia;
- Implantar programa de acompanhamento de egressos;
- Ampliar e melhorar a infraestrutura física do *Campus*;
- Adquirir mobiliário para os diversos setores e salas de aula do *Campus* de Barreiras;
- Aprimorar os mecanismos de gestão administrativa;
- Otimizar os recursos materiais;
- Aprimorar os serviços de segurança interna do *Campus* de Barreiras, envolvendo alunos, servidores, visitantes e patrimônio institucional, por meio de tecnologias, tais como sistemas de câmeras, rádio-comunicador, etc.;
- Aperfeiçoar e fortalecer os mecanismos de gestão democrática;
- Implementar melhoria dos serviços auxiliares de higiene e limpeza, manutenção, recepção, Recursos Humanos, Setor Gráfico;
- Aperfeiçoar os processos de comunicação interna e externa, com vistas à divulgação das ações institucionais para o desenvolvimento do *marketing* institucional;
- Demonstrar o potencial da Instituição no tripé ensino, pesquisa e extensão no cenário regional e nacional;
- Expandir as ações do *site* Institucional na divulgação de cursos, eventos institucionais e ações Sociais, culturais e Tecnológicas com vistas ao fortalecimento da imagem do *Campus* de Barreiras junto a sociedade;
- Adquirir um link dedicado de internet para atender as necessidades institucionais
- Realizar gestão para angariar recurso por meio de emenda parlamentar, Projetos e Planos de Trabalho Simplificado.
- Promover ações para ampliar o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social objetivando minimizar as diferenças sociais;
- Fortalecer a interação entre a sociedade e a instituição.

4 POLÍTICAS E OBJETIVOS DE ENSINO

O ensino no IFBA, *Campus* de Barreiras, tem por princípio a vinculação estreita com a ciência e a tecnologia destinada à construção da cidadania, da democracia, da defesa do meio ambiente e da vida, da criação e produção solidárias em uma perspectiva emancipadora. Deve buscar, ainda, a articulação com a pesquisa, a extensão e a inovação de forma verticalizada entre os diversos níveis e modalidades de ensino e áreas técnicas, tecnológicas e licenciaturas, promovendo oportunidades para uma educação continuada.

Neste sentido, a Instituição deverá ter como objetivos:

- Ampliar o número de vagas nos cursos oferecidos;
- Estimular a implantação de cursos em níveis técnico, tecnológico e licenciatura, de acordo com a demanda regional;
- Criar mecanismos para redução da evasão, abandono e repetência promovendo o fortalecimento dos cursos ofertados;
- Implantar e modernizar laboratórios e salas de aula atendendo à demanda dos cursos e ao avanço tecnológico;
- Promover o fortalecimento de políticas de assistência ao educando;
- Assegurar o acompanhamento pedagógico em todos os níveis e modalidades de ensino;
- Adequar os espaços e tempos escolares de forma a atender às políticas de inclusão e acessibilidade dos estudantes com deficiência e/ou necessidades educativas específicas;
- Qualificar a equipe pedagógica e docentes para atender aos estudantes com necessidades educativas especiais/específicas;
- Atualizar, periodicamente, o acervo bibliográfico da Instituição;
- Promover a capacitação e qualificação dos servidores da Instituição;
- Criar programas permanentes de avaliação e acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação;
- Articular parcerias com empresas, possibilitando a oferta de estágio curricular;
- Buscar junto à Reitoria, mecanismos para o fortalecimento dos programas de intercâmbio interinstitucional no Brasil e no exterior.

Neste sentido, buscar-se-á alcançar as seguintes metas até final do quinquênio deste plano:

- Ampliar em 100% as vagas do Curso de Licenciatura em Matemática tomando como base as vagas oferecidas em 2008;
- Ofertar cursos de engenharia na área de Alimentos até o ano de 2013;
- Ofertar no mínimo 50% de vagas ao Ensino Técnico de Nível Médio, e deste quantitativo, ofertar no mínimo 10% às matrículas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- Elevar a taxa de conclusão média de cursos do IFBA - *Campus* de Barreiras;
- Adotar o ENEM como critério de seleção para garantir os 50% das vagas referentes ao SISU nos cursos de nível superior do *Campus* de Barreiras;
- Alcançar uma taxa de relação professor/aluno igual a 20 nos cursos presenciais.

As atividades de ensino referem-se às ações dos docentes diretamente vinculadas aos cursos e programas regulares, de todos os níveis e modalidades de ensino, ofertados pelo *Campus* de Barreiras, compreendendo:

- I. Aulas (presenciais e semipresenciais)
- II. Atividades de manutenção de ensino;
- III. Atividades complementares de ensino.

As aulas, além das presenciais, poderão ser ministradas na modalidade de ensino à distância, desde que previstas no Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pelo Conselho Superior.

Objetivo do Ensino

Constitui-se objetivo do *Campus* atender às demandas de ensino da Região Oeste da Bahia com a oferta de cursos da Educação Básica Técnica de Nível Médio nas formas Integrada e Subsequente, e na modalidade Proeja, da Educação Superior e Pós-Graduação de qualidade.

4.1 Educação Básica

A Tabela 1 mostra para o ano de 2008 o quantitativo de discentes matriculados no Ensino Médio.

Tabela 1 - Discentes matriculados no Ensino Médio - 2008

Ensino Médio	
	Nº de Alunos Matriculados
	17
Total	17

Fonte: CORES-Barreiras.

Nota: Última turma ofertada nesta modalidade de ensino.

4.2 Educação Profissional

Na Tabela 2, encontra-se representado o quantitativo de estudantes matriculados nos cursos técnicos subsequente, integrado e PROEJA, e a Tabela 3 ilustra a projeção geral de estudantes para estas categorias até o ano de 2013.

Tabela 2 - Discentes matriculados na Educação Profissional - 2008

Forma de Oferta/Modalidade	Nº de discentes matriculados	
	1º Sem	2º Sem
Subsequente	224	187
Subtotal	411	
Integrada	443	
Subtotal	443	
PROEJA	12	44
Subtotal	56	
Total	910	

Fonte: *Campus de Barreiras*.

Tabela 3 - Projeção de discentes matriculados na Educação Profissional - 2009-2013

		Ano		
2009	2010	2011	2012	2013
1.150	1.250	1.300	1.650	1.800
1.150	1.250	1.300	1.650	1.800

Fonte: CORES-Barreiras.

4.3 Educação Superior

As Tabelas 4 e 5 esboçam, respectivamente, o número de discentes matriculados no ensino superior em 2008 e a projeção para a licenciatura e bacharelado para o período de 2009 a 2013.

Tabela 4 - Discentes matriculados na Educação Superior - 2008

MODALIDADE	Nº de Alunos Matriculados 2º Sem.
Licenciatura	39
Subtotal	39

Fonte: CORES-Barreiras.

Tabela 5 - Projeção de discentes matriculados na Educação Superior – 2009-2013

Modalidade	Ano				
	2009	2010	2011	2012	2013
Licenciatura	90	120	120	190	250
Engenharia					80
Total	90	120	120	190	330

Fonte: CORES-Barreiras.

5 POLÍTICAS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

5.1 Pesquisa

As atividades de pesquisa do *Campus* de Barreiras estão respaldadas em princípios legais e pedagógicos, especialmente na Constituição da República Federativa do Brasil, que em conformidade com a qual “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Assevera que é obrigação do Estado concretizar a educação através do “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

O IFBA/*Campus* de Barreiras conta em sua estrutura com uma Coordenação de Pesquisa e

Pós Graduação que tem por finalidade elaborar, planejar e executar a política de pesquisa científica e tecnológica na instituição.

A pesquisa no IFBA deve ter, por princípio, a vinculação estreita com a ciência e a tecnologia destinada à construção da cidadania, da democracia, da defesa do meio ambiente e da vida, de criação e produção solidárias em uma perspectiva emancipadora. Deve buscar a articulação com o ensino e a pesquisa, de forma verticalizada, entre os diversos níveis e as modalidades de ensino e as áreas técnicas/tecnológicas, promovendo oportunidades para uma educação continuada.

Neste sentido, a instituição deverá:

- Estimular a realização de atividades de pesquisa e de inovações tecnológicas;
- Organizar as atividades de pesquisa em projetos vinculadas a linhas e grupos de pesquisa;
- Estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa que favoreçam o fortalecimento da área específica de conhecimento bem como a articulação entre as diversas áreas;
- Implementar um programa permanente de fomento, avaliação e acompanhamento das atividades de pesquisa;
- Alocar recursos para a pesquisa, de acordo com as prioridades institucionais, com critérios de mérito científico e com as especificidades de cada área do conhecimento;
- Estimular a socialização e a divulgação interna e externa da produção científica do IFBA;
- Articular e apoiar o relacionamento com agências de fomento de forma a garantir o pleno desenvolvimento das atividades de pesquisa para projetos de iniciação científica, especializações, mestrados, doutorados e pós-doutorados;
- Estimular o estabelecimento de acordos de cooperação com universidades, instituições, organizações e redes de pesquisa, visando a aprimorar a qualidade da pesquisa e a formação dos envolvidos;
- Implementar melhorias nas instalações dos laboratórios com o objetivo de melhor atender aos projetos de pesquisa.

Respeitando-se os princípios acima indicados, serão consideradas atividades de pesquisa: a produção do conhecimento, realizada por grupos de pesquisa ou servidor individualmente, no sentido do desenvolvimento tecnológico, científico, artístico e cultural, bem como, no

sentido da qualificação da ação pedagógica dos docentes do IFBA. Além disso, serão consideradas atividades resultantes da pesquisa ou complementares a ela:

- Publicação de artigos científicos em revistas científicas, congressos, simpósios e seminários, nacionais ou internacionais;
- Participação em congressos, simpósios, seminários e outros eventos técnico-científicos de abrangência local, regional, nacional e internacional como moderador, debatedor, coordenador, secretário ou palestrante;
- Produção de livro técnico ou científico, capítulo de livro;
- Editoração, organização e/ou tradução de livros técnicos/científicos;
- Inventos e demais produtos de pesquisa como registro de patente;
- Produção de manual técnico e/ou didático e relatório técnico, desde que resultante de projeto de pesquisa devidamente aprovado pelo departamento acadêmico e depositado na biblioteca;
- Participação, como editor-chefe, associado ou membro de conselho científico, em editoras de revistas científicas indexadas;
- Orientação ou co-orientação de monografias, dissertações ou teses;
- Outras atividades correlatas de interesse institucional, tais como: projetos de pesquisa e outras avaliações.

Na Tabela 6 apresenta-se a projeção da pesquisa, publicações e quantitativo de bolsas até o ano de 2013.

Tabela 6 - Projeção da pesquisa, publicação científica e bolsas - 2009-2013

Objetivos	Metas (%)	Ano				
		2009	2010	2011	2012	2013
Ampliar o número de pesquisas desenvolvidas			4	12	20	28
Ampliar o número de trabalhos publicados			8	16	20	28
Ampliar o número de bolsas ofertadas			2	2	4	4

Fonte: Coordenação de Pesquisa e Pós Graduação – *Campus* de Barreiras.

A Tabela 7 sintetiza a distribuição e projeção de bolsas de iniciação científica e tecnológica.

Tabela 7 – Projeção da distribuição de bolsas (Iniciação Científica e Tecnológica) – 2010-2012

2010 (Ago/07 a Jul/08)				2011 (Ago/08 a Jul/09)					2012 (Ago/09 a Jul/10)										
FAPESB		CEFET-BA		CNPq		TOTAL 2010	FAPESB		CEFET-BA		CNPq		TOTAL 2011	FAPESB		IFBA	CNPq	IFBA	TOTAL 2012
PIBIC-IC	PIBIC-JR	PIBIC-IC	PIBITI	PIBIC-IC	PIBIC-JR		PIBIC-IC	PIBITI	PIBIC-IC	PIBIC-JR	PIBIC-IC	PIBITI		PIBIC-IC	PIBIC-JR	PIBIC-IC	PIBITI	PIBITI	
	2					2		2				10	12					10	10

Fonte: Coordenação de Pesquisa e Pós Graduação – Campus Barreiras.

5.2 Pós-Graduação

As Tabelas 8 e 9 sintetizam, respectivamente, o quantitativo de discentes matriculados na pós-graduação no ano de 2008 e a projeção destes até o ano de 2013.

Tabela 8 - Discentes matriculados na Pós-Graduação - 2008

Nível de Qualificação	Nº de Alunos Matriculados
Pós-Graduação	35

Fonte: CORES-Barreiras.

Tabela 9 - Projeção de discentes matriculados - Pós-Graduação – 2009-2013

Modalidade	Ano				
	2009	2010	2011	2012	2013
CEPROEJA	35	35	35	35	
Total	35	35	35	35	

Fonte: CORES-Barreiras.

6 POLÍTICAS E OBJETIVOS DA EXTENSÃO

6.1 Políticas

A política da extensão no IFBA é norteada pelas diretrizes definidas no Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Tecnológica, realizado em maio de 2009, e pelas propostas oriundas das Universidades Públicas, bem como das contribuições contidas no seu PPI, tendo como referência a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Por meio da extensão, o IFBA promoverá a difusão, a socialização e a democratização do conhecimento produzido e existente na Instituição. Ao estabelecer uma relação dialógica com o conhecimento, a extensão promove a troca de saberes com a sociedade.

A extensão deve estar compreendida como o espaço em que o IFBA promove a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região. Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação devem se articular tendo como perspectiva o desenvolvimento local e regional, possibilitando, assim, a imbricação/interação necessária a vida acadêmica.

A extensão, entendida como prática acadêmica que deve interligar o IFBA nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas existentes, contribui para a formação de um profissional cidadão e credencia a Instituição junto à sociedade como um espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

O IFBA depara-se com demandas sociais que impõem um diálogo permanente entre a instituição e a comunidade e isto deve estar refletido no dia a dia, envolvendo necessariamente ações em relação: a democratização das informações (que podem ser traduzidas em ações como cursos de formação inicial e continuada, eventos etc), o desenvolvimento social e tecnológico (que pressupõe pesquisa, prestação de serviços, projetos tecnológicos) e a melhoria da qualidade de vida da população (ações voltadas para

o desenvolvimento social da comunidade, incluindo a educação especial e ações na área cultural).

A extensão tem um grande leque de atuação e conseqüentemente, cria um manancial de dados que precisa ser sistematizado, com objetivo de dar visibilidade à contribuição da extensão no contexto local, regional e nacional.

6.2 Dimensões

1. Projetos Tecnológicos: Atividades de pesquisa e/ou desenvolvimento em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham uma interface de aplicação;
2. Serviços Tecnológicos: Consultoria, assessoria, prestação de serviços para o mundo produtivo;
3. Eventos: Ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna;
4. Projetos Sociais: Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela que representam soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida;
5. Estágio e Emprego: Compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento e documentação);
6. Cursos de Extensão: Ação pedagógica de caráter teórico e prático com critérios de avaliação definidos e oferta não regular;
7. Projetos Culturais Artísticos e Esportivos: Compreende ações referentes a atividades culturais, artísticas e esportivas;
8. Visitas Técnicas e Gerenciais: Interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho;
9. Empreendedorismo/cooperativismo: Compreende o apoio à formação empreendedora e ao desenvolvimento do cooperativismo;
10. Acompanhamento de egressos: Constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso na perspectiva identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão;

11. Relações Internacionais: Tem por finalidade intercâmbios e cooperações internacionais como um instrumento para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.

6.3 Objetivos

A atividade de extensão do IFBA tem os seguintes objetivos:

- Reafirmar a extensão como processo acadêmico indispensável à formação do estudante, à qualificação do corpo técnico/docente e ao intercâmbio com a sociedade;
- Estruturar, desenvolver, implementar, avaliar e reavaliar sistemática e periodicamente ações, projetos e programas multi, inter ou transdisciplinar e interprofissional;
- Propiciar ao estudante, prioritariamente, na sua área de formação profissional, o acesso a atividades que contribuam para a sua formação artística, cultural, ética e para o desenvolvimento do senso crítico, da cidadania e da responsabilidade social;
- Propiciar à sociedade o acesso ao IFBA por meio de cursos de extensão, da prestação de serviços, da participação em eventos culturais e artísticos ou outras atividades que garantam os objetivos da Instituição e o atendimento das necessidades do desenvolvimento sustentável regional;
- Complementar a relação IFBA/sociedade por meio da democratização do saber acadêmico e pelo estabelecimento de um processo contínuo de debates, fomento de ideias e vivências;
- Estender à sociedade os resultados das atividades de ensino e pesquisa por meio da elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos;
- Estruturar e desenvolver mecanismos que promovam a interação contínua e recíproca entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Viabilizar ações, projetos e programas de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Incentivar ações permanentes voltadas para a Formação Inicial e Continuada (FIC) de profissionais, considerando os aspectos socioeconômicos da região em parceria com instituições municipais, estaduais e federais bem como no âmbito da iniciativa privada e organizações sem fins lucrativos.

Serão consideradas atividades de extensão as ações de caráter comunitário, incluindo atividades de divulgação artística, esportivo, cultural, científica e tecnológica, remuneradas ou não, de iniciativa da Instituição ou de servidores, compreendendo:

- I. Elaboração, coordenação ou aula em cursos de educação continuada aprovada pela Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Ensino;
- II. Coordenação ou participação como membro de programa/projeto de extensão institucional apoiado pelo IFBA (comunitário, cultural, esportivo ou similar);
- III. Participação em projeto de extensão financiado por órgão público ou privado;
- IV. Orientação de estagiário-bolsistas em projeto de extensão registrados na Pró-Reitoria de Ensino;
- V. Coordenação ou participação como membro de comissão técnica ou de programa de eventos técnico-científicos comprovados pela Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Ensino;
- VI. Outras atividades correlatas de interesse institucional.

As Atividades de Extensão propostas por servidores deverão estar de acordo com os interesses institucionais e com o regulamento definido pela Pró-Reitoria de Extensão.

Na Tabela 10 mostra-se a projeção até o ano de 2013 das atividades de extensão, como as ofertas/realizações dos cursos de formação inicial e continuada, das cartas de estágios, das visitas técnicas e da prestação de serviços à comunidade prestação.

Tabela 10 - Projeção da oferta de atividades da Extensão – 2009-2013

Atividades	Objetivo	Ano				
		2009	2010	2011	2012	2013
Cursos FIC	Ampliar a oferta de cursos de FIC			1	12	24
Cartas de estágios emitidas	Prospectar a oferta de estágios para a inclusão de um maior número de estudantes do IFBA no mundo do trabalho	150	190	90	100	110
Visitas técnicas	Prospectar uma maior interface acadêmica com mundo do trabalho por meio de visitas técnicas	6	10	30	35	40
Serviços Tecnológicos realizados	Viabilizar atendimento de consultorias, assessorias, projetos e prestação de serviços ao mundo produtivo		1	2	2	3

Fonte: Coordenação de Pesquisa e Pós Graduação – Campus de Barreiras.

As Tabelas 11 e 12 sintetizam as projeções de projetos sociais e promoção de eventos, respectivamente.

Tabela 11 – Projeção da oferta de Projetos Sociais – 2009-2013

Objetivo	Projetos realizados/ano				
	2009	2010	2011	2012	2013
Ampliar a realização de projetos sociais, culturais, artísticos e esportivos		1	1	3	6

Fonte: Coordenação de Pesquisa e Pós Graduação – *Campus* de Barreiras.

Tabela 12 – Projeção da oferta de eventos – 2009-2013

Objetivo	Eventos realizados/ano				
	2009	2010	2011	2012	2013
Ampliar a realização de eventos educacionais, científicos, tecnológicos, artísticos e culturais e esportivos		2	4	8	10

Fonte: Coordenação de Pesquisa e Pós Graduação – *Campus* de Barreiras.

7 GESTÃO INSTITUCIONAL

Para acompanhar as mudanças ocorridas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica faz-se mister um novo modelo de gestão, em que a transparência seja uma constante no dia-a-dia institucional, além disso, que seja efetivada a democracia e a participação de todos na construção dessa nova instituição para a sociedade.

7.1 Políticas de Gestão

A gestão democrática deve ser embasamento para a consolidação do projeto da instituição de ensino e de formação que se pretende constituir. Gerir democraticamente uma Instituição de Ensino pressupõe a abertura de novos espaços e rumos para o desenvolvimento de projetos institucionais. Pressupõe, ainda, transparência no trato

administrativo, socializando todos os atos e as decisões que afetam as relações trabalhistas, educativas e sociais no IFBA.

Segundo o Plano de Qualidade para a Educação Básica do Ministério da Educação:

O desafio maior desse processo é o de transformar os modelos tradicionais e burocráticos de gestão, que se caracterizam pelo controle deficiente de gastos, ausência ou não do cumprimento dos e metas, carência de informações, equipes desmotivadas, em um modelo de gestão participativa, orgânica e eficaz (BRASIL; 2005; p.17).

Assim, a gestão do IFBA deve estar apoiada na concepção de que as pessoas são agentes de mudança e, portanto, cada um (discentes, servidores, pais ou representantes da comunidade) é indispensável na construção da gestão. Dessa forma, o grande desafio é garantir a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, mantendo a autonomia pedagógica, administrativa e financeira de forma democrática. A proposta deve ainda garantir o cumprimento dos direitos e deveres de todos os segmentos da instituição.

Neste cenário, as decisões e os procedimentos organizativos precisarão ser acompanhados e constantemente avaliados mutuamente entre a gestão e os demais setores da comunidade escolar como forma de reorientação de rumos e ações visando à tomada de decisões.

Neste sentido, a gestão terá como estratégias:

- Promover a gestão com foco no atendimento das necessidades da sociedade;
- Construir e implementar um modelo de gestão democrática caracterizado pela eficácia, pela eficiência e pelo desenvolvimento contínuo de competências nas relações do trabalho;
- Gerir e manter controle sobre os recursos públicos necessários ao bom desempenho da gestão;
- Buscar a profissionalização no atendimento do serviço público no IFBA com a melhoria qualitativa da força de trabalho;
- Apoiar os órgãos de controle na prevenção e no combate à corrupção, fortalecendo a auditoria interna, o controle interno administrativo e a correição;
- Fortalecer ações em defesa dos princípios éticos no ambiente de trabalho;

- Articular os segmentos do IFBA para o fortalecimento da Instituição como referência no ensino, na pesquisa e na extensão no âmbito regional;
- Simplificação nos processos de atendimento ao cidadão;
- Manter o controle da programação plurianual do orçamento e o aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação;

7.2 Estrutura Organizacional

Em conformidade com a Lei nº 11.892/2008, os *Campi* serão dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução após processo de consulta à comunidade do respectivo *Campus*, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

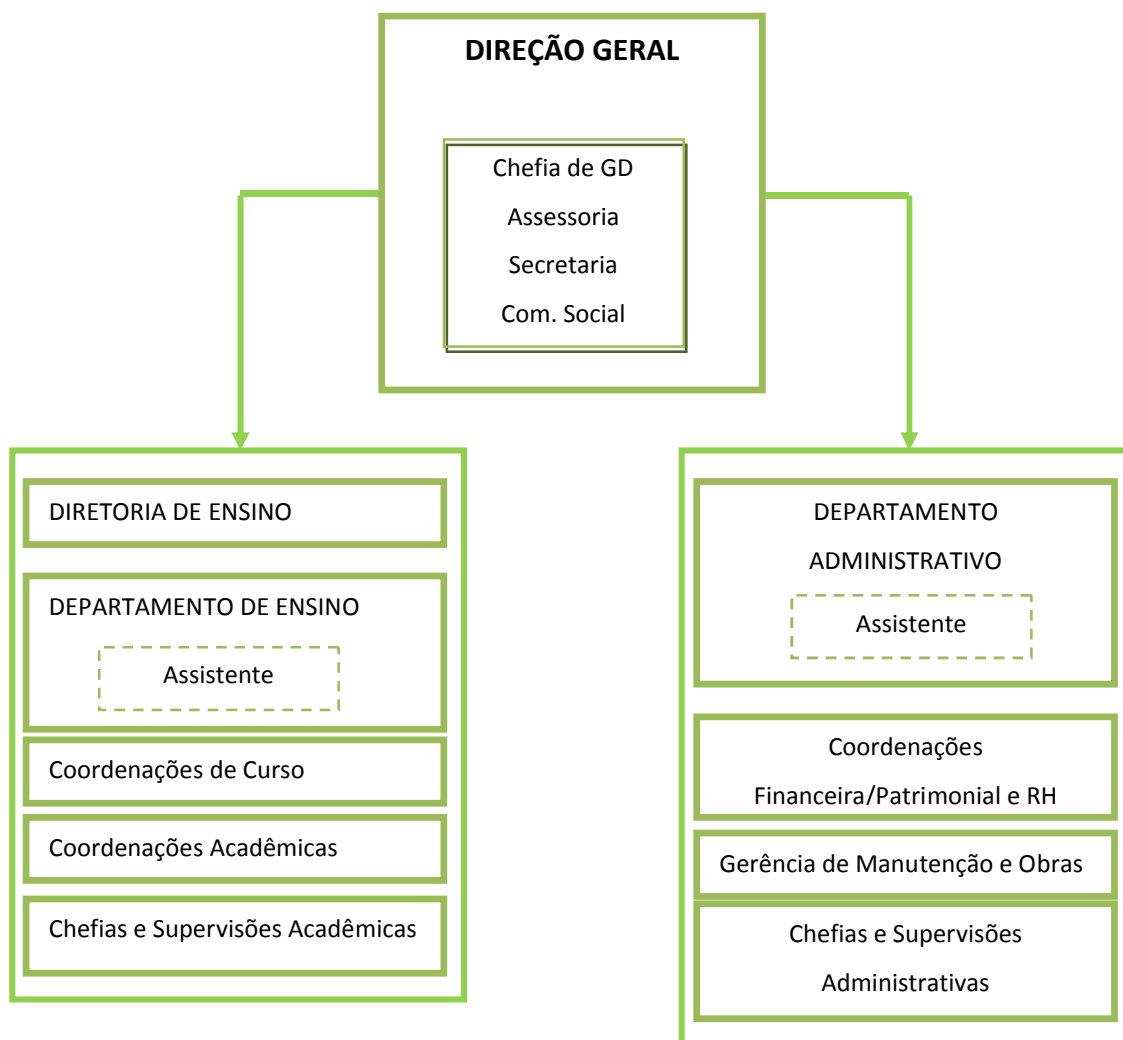
Poderão candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral do *Campus* os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações:

- Preencher os requisitos exigidos para a candidatura ao cargo de Reitor do Instituto Federal;
- Possuir o mínimo de 2 (dois) anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição; ou
- Ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública.

A proposta orçamentária anual para atender as necessidades institucionais contempla os créditos identificados para a Reitoria e para cada *Campus*, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

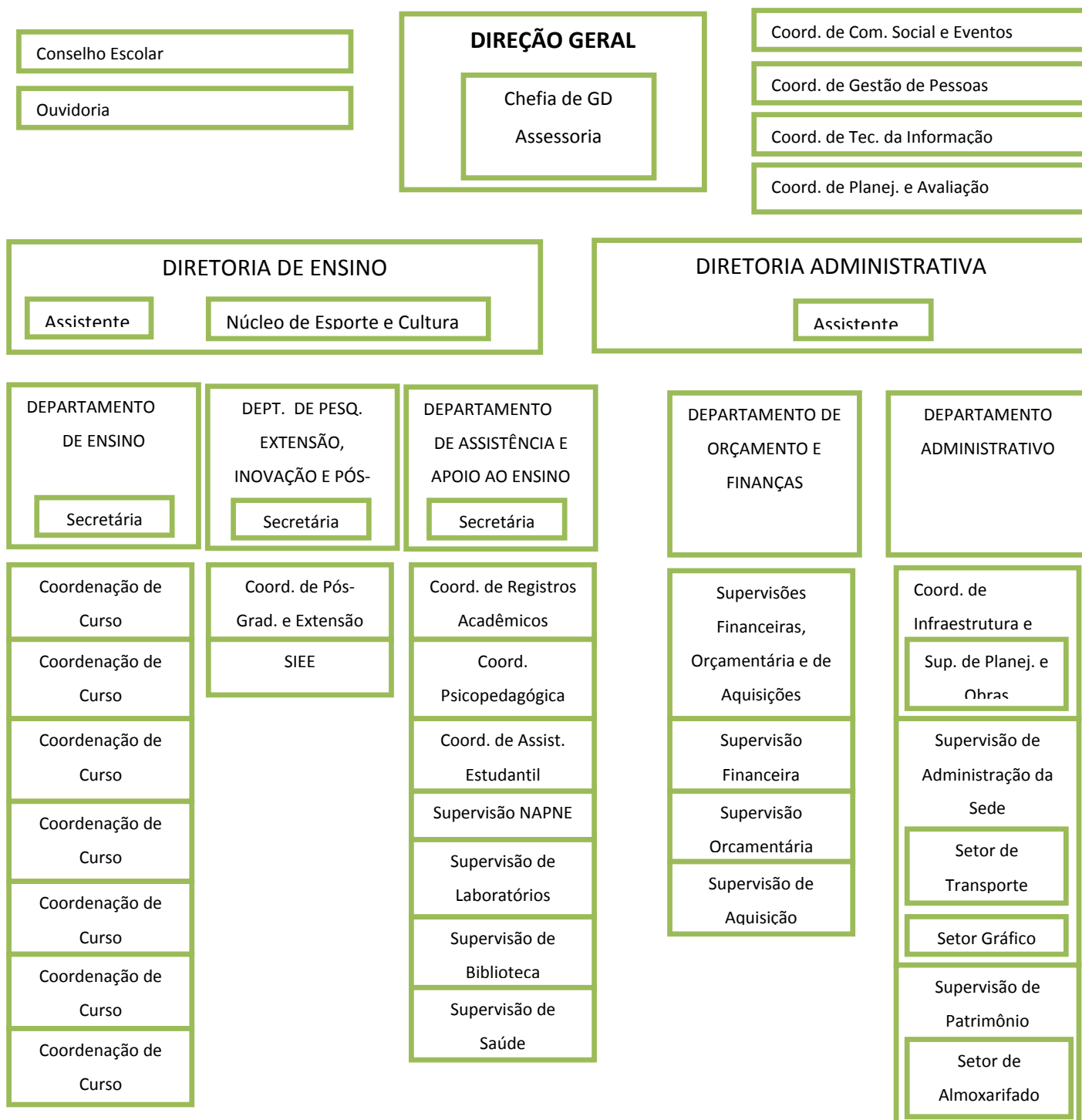
A Figura 8 ilustra a estrutura administrativa vigente.

Figura 8 – Estrutura administrativa atual



A Figura 9 mostra a estrutura administrativa proposta para o funcionamento do *Campus*.

Figura 9 – Proposta de organograma



Fonte: Comissão Constituída pela Portaria 032/201. A Proposta foi construída em 2010 com a participação dos servidores do Campus.

7.3 Organização e Gestão de Pessoal

7.3.1 Plano de Qualificação Institucional (PQI)³

O Plano de Qualificação Institucional (PQI) tem por objetivo o estabelecimento de metas para que a Instituição possa consolidar o ensino e a pesquisa em consonância com as expectativas e as necessidades das comunidades interna e externa bem como traçar diretrizes para a qualificação dos seus servidores.

O referido plano deverá:

- I. Fornecer subsídios para evitar o prevalecimento da decisão individual no processo de qualificação;
- II. Estabelecer relação entre as áreas e linhas de pesquisa do IFBA e a realidade local, regional e nacional;
- III. Definir procedimentos para acompanhamento do processo de qualificação institucional e de sua avaliação;
- IV. Promover a criação de condições para a continuidade do trabalho na Instituição após a conclusão da qualificação.

As Tabelas de 13 a 15 e o Quadro 9 trazem as projeções e metas de qualificação dos docentes e técnico-administrativos.

Tabela 13 - Projeção da qualificação dos docentes – 2009-2013

Formação	2009	2010	2011	2012	2013
Acadêmica					
Graduação	7	12	13	5	5
Especialização	22	28	36	45	48
Mestrado	14	17	20	25	30
Doutorado			1	5	10
Total	43	47	71	80	93

Fonte: DIREH Barreiras.

³ Fonte: CEFET-BA. Plano de Qualificação Institucional – PQI, 2008

Tabela 14 - Projeção da qualificação dos técnicos – 2009-2013

Formação Acadêmica	2009	2010	2011	2012	2013
Total	45	46	54	62	68
Ensino Fundamental	3	3	3		
Nível médio	16	16	18	20	18
Graduação	13	11	8	10	14
Especialização	11	14	22	26	28
Mestrado	2	2	3	5	6
Doutorado				1	2

Fonte: DIREH-Barreiras.

Tabela 15 - Projeção do Técnico-administrativo por titulação e carga horária – 2009-2013

Titulação	Técnico administrativo por carga horária				
	2009	2010	2011	2012	2013
	40 h	40h	40h	40h	40h
Ensino Fundamental	3	3	3		
Nível Médio	16	16	18	20	18
Graduação	13	11	8	10	14
Especialização	11	14	22	26	28
Mestrado	2	2	3	5	6
Doutorado				1	2
Total	45	46	54	62	68

Fonte: DIREH-Barreiras.

A qualificação dos servidores do *Campus* de Barreiras encontra-se delineada no Quadro 9.

Quadro 9 - Projeção da qualificação dos servidores

Metas	2009	2010	2011	2012	2013
Ofertar curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (Mestrado em Educação) para os servidores		x	x	x	
Ofertar curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> em “Educação de Jovens e Adultos” com reserva de vagas para servidores.	x	x	x	x	
Ofertar curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> em Segurança Meio Ambiente e Saúde				x	x
Ofertar curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (Doutorado em Gestão Administrativa)				x	x
Ofertar pelo menos um curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na modalidade DINTER				x	x

Fonte: Coordenação de Pesquisa e Pós Graduação – *Campus* de Barreiras.

8 INFRAESTRUTURA

8.1 Acervo Bibliográfico

As Tabelas 16 e 17 ilustram o acervo de títulos e periódicos do ano de 2009 e as projeções de acervo bibliográfico.

Tabela 16 - Acervo Bibliográfico - 2009

Títulos	Exemplares	Periódicos
1952	3096	1

Fonte: DEPEN-Barreiras.

Tabela 17 – Projeção de títulos do acervo bibliográfico – 2009-2013

Objetivos	Meta: Aquisições realizadas/ano				
	2009	2010	2011	2012	2013
Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico das bibliotecas	1952	1900	2100	2300	2800
Ampliar o número de exemplares do acervo bibliográfico das bibliotecas	3096	3100	3800	6000	8000
Ampliar o número de periódicos do acervo bibliográfico das bibliotecas	1	1	4	6	8
Total	1	1	4	6	8

Fonte: Biblioteca – *Campus* de Barreiras.

9 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Comissão Coordenadora Geral do PDI foi constituída pela Reitoria com o objetivo de coordenar, orientar e sistematizar os trabalhos de construção do PDI 2009-2013. Esta comissão entende que a execução das metas institucionais, definidas e implementadas pelos seus diversos setores, deverá ser acompanhada anualmente pela PROAP do IFBA.

Compreende-se que a avaliação do PDI deverá ser anual, realizada pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Infraestrutura (PRODIN), devendo ser submetida à

aprovação do Conselho Superior. Essa avaliação será subsidiada pela PROAP no que refere aos resultados alcançados nas metas institucionais bem como pelos *Campi* e setores responsáveis pela execução do plano. A CPA disponibilizará os dados referentes à autoavaliação institucional realizada segundo cronograma e relatórios emanados do processo avaliativo.

9.1 Avaliação Institucional - *Campus* de Barreiras

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, organiza-se como sistema de avaliação global e integra três modalidades de avaliação: Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES) que estabelece como procedimentos a autoavaliação e a avaliação externa *in loco*; Avaliação do Desempenho dos Estudantes realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE); Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) com a obrigatoriedade de visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas de conhecimento.

A avaliação é uma ferramenta de gestão que auxilia a administração a conhecer as potencialidades e as carências da Instituição, subsidiando a tomada de decisão com vistas à melhoria e manutenção da qualidade de ensino, pesquisa e extensão.

A autoavaliação institucional no IFBA, nos moldes do SINAES, ocorreu no ano de 2005, com avaliação global e dos aspectos didático-pedagógicos de todas as modalidades de ensino em todos os *Campi*, abarcando as dimensões estabelecidas na referida lei; em 2006, com a avaliação dos aspectos didático-pedagógicos da Educação Superior e, mais recentemente, a avaliação correspondente ao biênio 2007-2008 de modo similar àquela realizada em 2005.

9.2 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

O SINAES estabelece que a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado formado por todos os segmentos da comunidade acadêmica e de representantes da sociedade civil

organizada, vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos, tem por atribuições a condução dos processos de avaliação internos da Instituição, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considerando-se as diretrizes, os critérios e as estratégias emanadas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A Lei estabelece ainda, como diretriz, que a CPA terá atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição.

Para colaborar na condução da autoavaliação institucional em cada *Campus*, foram criadas as Comissões Setoriais de Avaliação (CSA) que desenvolvem as atividades juntamente com a CPA.

9.3 Política de Avaliação Institucional

Na perspectiva de atender às necessidades de regulação do Estado e institucionalizar uma prática sistemática de avaliação, a CPA realiza periodicamente a autoavaliação institucional (global e dos aspectos didático-pedagógicos) de acordo com o SINAES, articulando regulação e avaliação educativa, possibilitando a participação dos segmentos da comunidade interna – alunos, docentes e técnicos – e da comunidade externa – pesquisa junto a egressos e empresas.

A CPA, por compreender que a melhor forma de se autoavaliar é através de uma avaliação participativa e global, decidiu envolver na sua análise todos os níveis e modalidades de ensino e não somente da Educação Superior. Assim, podem participar do processo avaliativo todos os *Campi*, independente da oferta de cursos superiores, e alunos regularmente matriculados.

A Avaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, *Campus* de Barreiras, tem como objetivo construir um processo de autorreflexão e de autoconhecimento da instituição, no aspecto global e didático-pedagógicos, com vistas ao diagnóstico de prioridades pelos diversos atores que o compõem. É através da Avaliação

Institucional que se promove os ajustes necessários que visam, em última análise, o desenvolvimento institucional. Toda a avaliação é realizada de modo a investigar os aspectos traçados nas Dez Dimensões determinadas pelo Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES), a saber:

- 1) Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- 2) Política para o Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e respectivas formas de operacionalizações;
- 3) Responsabilidade Social da Instituição;
- 4) Comunicação com a Sociedade;
- 5) Política de Pessoal;
- 6) Organização e Gestão da Instituição;
- 7) Infraestrutura Física;
- 8) Planejamento e Avaliação
- 9) Política de Atendimento ao Estudante;
- 10) Sustentabilidade Financeira;

A Comissão Setorial de Avaliação (CSA), formada para realizar a autoavaliação no âmbito do *Campus* de Barreiras, tem em sua composição representante dos diversos segmentos que fazem parte da comunidade do *Campus*, bem como dos usuários indiretos representados por um membro da comunidade externa, a fim de avaliar, em consonância com as diretrizes da CPA, o papel social da instituição.

A metodologia utilizada pela CSA dá-se da seguinte forma:

- 1) Reunião para definição dos segmentos a serem avaliados;
- 2) Utilização dos questionários elaborados pela própria comunidade para os diferentes segmentos;
- 3) Aplicação dos questionários aos discentes do ensino médio e do ensino técnico, docentes, técnico-administrativos, membros da comunidade externa e discentes egressos do *Campus* de Barreiras;
- 4) Realização de reuniões periódicas da CSA para tabulação e avaliação dos dados e confecção do relatório;
- 5) Encaminhamento dos resultados para CPA para divulgação.

O questionário aplicado aos discentes, elaborados pela CPA, contempla as dimensões traçadas pelo SINAES tendo sido sistematizado por meio de um total de quarenta e oito aspectos, distribuídos da seguinte forma:

- Avaliação do Curso (7);
- Avaliação da atuação da Coordenação do Curso (7);
- Avaliação da Gestão e dos Órgãos de Apoio Institucional (13);
- Avaliação da Biblioteca (7);
- Avaliação da Infraestrutura (7);
- Avaliação de outros aspectos Institucionais (7).

O questionário aplicado aos docentes contempla sessenta e quatro aspectos, sistematizado da forma a seguir:

- Avaliação do Departamento/Coordenação de Área (12);
- Avaliação da atuação da gestão e órgãos de apoio (18);
- Avaliação das condições de trabalho e da Infraestrutura (9);
- Avaliação da Biblioteca (7);
- Autoavaliação (7);
- Avaliação de outros aspectos institucionais (11).

O questionário aplicado aos técnico-administrativos contempla quarenta e oito aspectos, sistematizado da forma a seguir:

- Avaliação do Setor (8);
- Avaliação da atuação da gestão e órgãos de apoio (16);
- Avaliação das condições de trabalho e da Infraestrutura (7);
- Auto-Avaliação (6);
- Avaliação de outros aspectos institucionais (11).

A CSA procedeu com a tabulação dos dados da última avaliação, demonstrando o resultado por meio de vários gráficos que exemplificam os itens mais relevantes da pesquisa. Abaixo elencamos as potencialidades e fragilidades encontradas na última avaliação.

Potencialidades:

- 1) Desempenho da Direção Geral do CEFET-BA (Hoje IFBA /Reitoria);
- 2) Desempenho da Diretoria de Ensino/Departamento de Ensino;
- 3) Adequação do perfil profissional formado pelo curso exigido pelo mercado de trabalho.

Fragilidades:

- 1) Atendimento do Serviço Médico /Odontológico;
- 2) Condições Físicas das salas de aula quanto a: ventilação, iluminação, acústica, mobiliário, limpeza;
- 3) Condições da Cantina/Refeitório (qualidade dos alimentos e atendimento);
- 4) Condições das Instalações para as aulas práticas (laboratório/oficinas/ ateliês/quadra esportiva).

A CSA sabendo da importância de se construir uma cultura de avaliação que possibilite uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidade Social, tem como propósito divulgar os resultados desse trabalho para toda a comunidade do IF por meio eletrônico e ainda disponibilizar para a comunidade externa as ações concretas oriundas dos processos avaliativos.

Visando a melhoria nos processos de gestão e conseqüente desenvolvimento institucional, conclui-se que, no que diz respeito às fragilidades apontadas, o *Campus* de Barreiras necessita de uma grande atenção à sua infraestrutura.

Sugere-se que nas próximas avaliações sejam utilizados documentos informativos, impressos e eletrônicos, com envolvimento de todos os segmentos da Instituição para a coleta das informações necessárias ao processo avaliativo.

A avaliação (2007-2008) servirá de base para as avaliações dos próximos anos, até que se cumpra todo o interstício do presente PDI, qual seja: 2009-2013.

Vale ressaltar que além dessas, outras avaliações periódicas são realizadas ao longo do ano letivo, em reuniões com representantes de toda a comunidade do *Campus*, sendo esta uma ferramenta de primordial importância para as tomadas de decisão de curto e médio prazo.

REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AIBA. Região Oeste. Disponível em. <<http://www.aiba.org.br/regiao-oeste>>. Acesso em janeiro de 2011.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 abr. 1997. p. 7.760.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 jul. 2004.

BRASIL. Decreto n. 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Brasília, DF, 2005b.

BRASIL. Medida provisória n. 238, de 1º de fevereiro de 2005. Institui, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), cria o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e cargos em comissão, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 fev. 2005. p. 1.

BRASIL. Medida Provisória n. 251, de 14 de junho de 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos (PROUNI), institui o Programa de Educação Tutorial (PET), altera a Lei n. 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e dá outras providências. Brasília, DF, 2005a.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução n. 3, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 ago. 1998a.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer n. 15, de 1 de junho de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 1998b.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução n. 4, de 8 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999a.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer n. 16, de 5 de outubro de 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999b.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer n. 15, de 1 de junho de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 1998b.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução n. 4, de 8 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999a.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer n. 16, de 5 de outubro de 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999b.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

BRASIL. Presidência da República. LEI 11.892/2008.

CEFET-BA. PDI 2004-2008.

CEFET-BA. Plano de Qualificação Institucional – PQI, 2008.

CEFET-BA. Relatório de Avaliação Institucional–2007/2008.

CEFET-BA. PPI – 2007.

CEFET-BA. Relatório de Gestão–2008.

MACROPLAN. Quatro Cenários Econômicos para o Brasil 2008-2014 – Macroplan, Prospectivos, Estratégia & Gestão. Disponível em www.macroplan.com.br. Acesso em junho, 2010.

SOUZA, Edilson Correia da Silva e; SANTOS, Ozeias de Almeida; ARAÚJO, Alessandra Oliveira; ARAÚJO, Wodis Kleber Oliveira: Oeste Da Bahia: Novos Arranjos Espaciais. XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, 2010.

ANEXOS

Anexo A - Investimentos e Custeios

Tabela 18 - Projeção de Investimentos/Custeios por Ações de Programas de Governo

Programas de Governo e Ações Interligadas	Orçamento 2009		Orçamento 2010		Orçamento 2011		Orçamento 2012		Orçamento 2013	
	(R\$)	%	(R\$)	%	(R\$)	%	(R\$)	%	(R\$)	%
Programa: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica			2.692.948,97	100	6.141.198,87	100	7.017.818,76	100	7.719.600,	100
Prestação de serviços à comunidade										
Funcionamento da Educação Profissional			560.247,17	21	1.881.693,47	31	2.069.862,82	29	2.276.849,10	29
Assistência ao educando da Educação Profissional			42.799,80	2	634.571,00	10	698.028,10	10	767.830,91	10
Acervo bibliográfico para as Instituições da rede Federal de Educação Profissional					115.934,40	2	127.527,84	2	140.280,00	2
Capacitação de recursos humanos da Educação Profissional			83.095,88	3	25.000,00	0	40.000,00	1	44.000,00	1
Veículo e transporte escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional						0	250.000,00	4	275.000,00	4
Expansão da Rede Federal de Educação			1.277.832,30	47						
Fomento ao desenvolvimento da Educa-Nacional			299.029,38	11						
Reestruturação da Rede Federal de Educação			429.944,44	16	3.484.000,00	57	3.832.400,00	55	4.215.640,00	55
Programa: Gestão de Política da Educação					200.000,00	100		100		100
Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação e requalificação					200.000,00	100	220.000,00	100	242.000,00	100
Programa: Brasil Universitário					82.800,00	100	91.080,00	100	100.188,00	100
Funcionamento de Cursos de Graduação					82.800,00	100	91.080,00	100	100.188,00	100
Assistência ao educando do Ensino de Graduação										
Programa: Brasil Escolarizado			51.540,00	100	56.694,00	100	62.363,40	100	68.599,74	100
Apoio à Alimentação Escolar Na Educação			51.540,00	100	56.694,00	100	62.363,40	100	68.599,74	100
Funcionamento Do Ensino Médio Na Rede Federal										
Total			2.744.488,97		6.480.692,87		7.171.262,16		7.888.388,37	

Anexo B - Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Audiovisuais

Tabela 19- Recursos Computacionais (2009)

Especificação	Campus	Quantitativo
Computadores	Barreiras	36
Notebooks	Barreiras	2
Impressora Laser	Barreiras	2
Total		40

Tabela 20- Recursos Audiovisuais (2009)

Equipamentos	Quantitativo
Amplificador de som	2
Câmara de vídeo	2
Câmara filmadora	1
Câmara fotográfica	2
Aparelho de DVD	4
Mesa de som	1
Microsystem	2
Microfone	2
Projektor Multimídia	12
Receptor de Satélite	2
Retroprojektor	4
Televisor de 29".	8
Televisor de 42"	4
Total	48

FONTE: DEPAD-Barreiras

IFBA
www.ifba.edu.br

Rua das Várzeas, s/nº. Centro
Barreiras–Bahia.
CEP: 45400-000



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
BAHIA

Ministério da
Educação

